

Amigos para a vida?

Solidariedades dos estudantes portugueses na Península Itálica (finais do séc. XIV – inícios do séc. XV)

Mário Farelo¹

Resumo

Este trabalho aprofunda uma faceta da *peregrinatio academica* medieval portuguesa menos conhecida. A partir de um conjunto documental publicado pelo Pe. António Domingues de Sousa Costa pretende-se entrever as dimensões de solidariedade tecidas pelo grupo de estudantes portugueses identificáveis na península itálica entre os finais do século XIV e os inícios do seguinte. Observar-se-á sob que formas as solidariedades, tecidas ou aprofundadas no meio universitário, contribuíram então para um melhor esclarecimento dos percursos socio-funcionais dos membros do grupo, assim como das respetivas inserções nas instituições de poder no reino português.

Palavras-chave

Peregrinatio academica; oficialato régio; oligarquias de Lisboa; episcopado português; Universidade de Bolonha; solidariedades estudantis.

¹ Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (IEM-NOVA FSCH); Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR-UCP); Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-UL).

Abstract

This paper stresses a lesser known profile of the medieval Portuguese *peregrinatio academica*. From a documentary set published by Fr. António Domingues de Sousa Costa, it is intended to glimpse the various dimensions of the social ties woven by the group of Portuguese students identifiable in the Italian peninsula between the end of the 14th century and the beginning of the next. These forms of solidarities, woven or deepened in university context, contributed to a better clarification of the socio-functional paths of the members of the group, as well as of their insertion in the institutions of power in the Portuguese kingdom.

Keywords

Peregrinatio academica; royal officialdom; Lisbon oligarchies; Portuguese episcopacy; University of Bologna; student solidarities

Conhece-se, na generalidade, os contornos da presença de mestres e estudantes portugueses nas universidades medievais². Inserido na história cultural do reino, este fenómeno, associado a uma autêntica peregrinação – e por isso conceptualizado em torno da ideia de *peregrinatio academica* –, tem sido estudado *per se*: procura-se estabelecer a cronologia e os destinos dos fluxos estudantis, procura-se caracterizar a sociologia dos seus agentes e tenta-se estabelecer os respetivos percursos benéficos e inserções institucionais, nomeadamente na burocracia régia, no oficialato camarário, nas estruturas cimeiras da Igreja no

² Esse conhecimento tem sido difundido, em grande medida, através das sínteses que têm sido produzidas sobre o assunto nos últimos três decénios: António Resende de OLIVEIRA, “As Instituições de Ensino”, in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dirs.), *Nova História de Portugal*, vol. III: Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem (coords.), *Portugal em definição de Fronteiras (1096-1325). Do Condado portucalense à Crise do Séc. XIV*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 635-659; *idem*, “A mobilidade dos universitários”, in *História da Universidade em Portugal*, vol. I: 1290-1536, Coimbra-Lisboa, Universidade de Coimbra-Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 339-356; Mário FARELO, “On Portuguese Medical Students and Masters Travelling Abroad: An Overview from the Early Modern Period to the Enlightenment”, in Ole Peter Grell, Andrew Cunningham e Jon Arrizabalaga (eds.), *Centers of Medical Excellence? Medical Travel and Education in Europe, 1500-1789*, Farnham, Ashgate, 2010, p. 127-147; *idem*, “Lisboa numa rede latina? Os escolares em movimento”, in Hermenegildo Fernandes (ed.), *A Universidade Medieval em Lisboa, Séculos XIII-XVI*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013, pp. 237-265; Armando NORTE e André de OLIVEIRA-LEITÃO, “A mobilidade dos escolares portugueses: a *peregrinatio academica* entre os séculos XII e XV”, *Lusitania Sacra*, vol. 33 (Janeiro-Junho 2016), pp. 43-98.

reino (episcopado, cabidos catedralícios) e mesmo na Universidade³. A partir da análise do recrutamento destas instituições, tem-se intuído que a formação *in terra aliena* constituía um elemento de promoção importante, em linha com o que é conhecido sobre a importância global de uma formação académica superior na promoção socio-funcional de um indivíduo e da sua respetiva aproximação ao poder⁴.

Sem negar a operacionalidade dessa relação, quase simbiótica, entre a aquisição de um diploma universitário no estrangeiro e a introdução do seu titular nas esferas de poder do reino, não convém no entanto sobrevalorizá-la. Desde logo, porque não é possível, em geral, determinar o *peso* dessa formação estrangeira na introdução do indivíduo nesses círculos de poder, sobretudo quando se observa a presença de outros elementos promocionais no respetivo *curriculum*, como a extração familiar, um conhecimento anterior das referidas instituições ou as solidariedades mantidas com *gentes de poder*. De igual modo, é preciso ter a noção de nem todos aqueles que estudaram no estrangeiro usufruíram carreiras de *sucesso*, da mesma forma que não foi necessária uma saída do reino para a prossecução de um percurso substantivo nas estruturas de poder no reino português⁵.

De facto, torna-se excessivamente redutor percecionar o fenómeno dessa *peregrinatio academica* unicamente à luz da introdução dos estudantes das instituições governativas leigas e eclesiásticas do reino. Com efeito, a permanência no estrangeiro constituía uma experiência de vida ímpar e muito mais multifacetada, com repercussões várias para as carreiras subsequentes

³ Armando Luís Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, INIC-Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 179-181; Maria Helena da Cruz COELHO, "Les Élités municipales", *Anais – Série História da Universidade Autónoma de Lisboa*, vol. 2 (1995), p. 52; *eadem*, "Les relations du Savoir et du Pouvoir dans le Portugal médiéval (XIV^e et XV^e siècles)", in Raphaëla Averkorn, Winfried Eberhard, Reimund Haas und Bernd Schmies (eds.), *Europa und die Welt in der Geschichte. Festschrift für Dieter Berg zu seinem 60. Geburtstag von Dieter Berg*, Bochum, Verlag Dr. Dieter Winkler, 2004, pp. 313-334; Mário FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, Tese de Doutoramento em História Medieval, Universidade de Lisboa, 2004, pp. 197-206.

⁴ Salvador de MOXÓ, "La promoción política y social de los 'letrados' en la Corte de Alfonso XI", *Hispania*, N^o 129 (1987), pp. 5-29; Jacques VERGER, *Les gens de savoir dans l'Europe de la fin du Moyen Âge*, Paris, Presses Universitaires de France, 1998; Bernard CHEVALIER, "Le pouvoir par le savoir: le renouvellement des élites urbaines en France au début de l'Âge Moderne (1350-1550)", in Claude Petitfrère (ed.), *Construction, reproduction et représentations des patriciats urbains de l'Antiquité au XX^e siècle*, *Actes du colloque tenu à Tours en 1998*, Tours, Centre d'histoire de la ville moderne et contemporaine, 1999, p. 73; Maurice BERTHE, "Les élites urbaines méridionales au Moyen Âge (XI^e-XV^e siècles)", *Mémoires de la Société Archéologique du Midi de la France*, hors série, 2002, pp. 21-22; André GOURON, "Le rôle social des juristes dans les villes méridionales du Moyen Âge", in André Gouron, *La Science du Droit dans le Midi de la France au Moyen Âge*, London, Variorum Reprints, 1984, art. III, pp. 56-58; José María CRUSELLES, "Familia y promoción social: Los Lopiç de Valencia (1448-1493)", *Estudis Castellonencs*, vol. 3 (1986), p. 379, entre muitos outros.

⁵ Vejam-se, por exemplo, os percursos recensados por Maria Helena da Cruz Coelho em COELHO (2004), 326.

dos migrantes, que a falta de informação não permite devidamente enquadrar. Como sublinhou com justeza Jacques Verger, esse exílio no estrangeiro constituía “uma experiência humana insubstituível, que fortalecia o carácter, alargava os horizontes, criava laços sociais, de amizade ou de fidelidade, particularmente duráveis”⁶. Nesta perspetiva, qualquer período passado fora do reino tinha o potencial de se assumir como um elemento promocional importante. Mais do que simplesmente o diploma adquirido, o estudante poderia beneficiar, no futuro, das competências linguísticas e administrativas que entretanto adquiriu, da experiência dos acontecimentos que vivenciou ou das pessoas que encontrou na Universidade. Por exemplo, aludir ao conhecimento pessoal que um clérigo poderia ter de um papa, quando este último havia sido seu colega ou seu professor na universidade, constituía um argumento que muitos impetrantes de benefícios eclesiásticos não deixaram de explorar⁷.

Apesar da sua importância, facilmente intuída, não se tem valorizado o impacto destas solidariedades universitárias enquanto elemento operativo na explicação dos percursos socio-funcionais dos antigos estudantes *peregrinos*. Subjacente a esta situação está, obviamente, um problema heurístico. Para o período medieval, os historiadores raramente beneficiam dos arquivos pessoais e de textos autobiográficos, reveladores dos pensamentos e do quotidiano dos estudantes, da mesma forma que a documentação redigida em meio universitário – seja aquela redigida em nome do estudante, seja aquela produzida pelas próprias instituições universitárias – dificilmente detalha o dia-a-dia das diversas comunidades estrangeiras numa determinada cidade universitária⁸.

A publicação de um corpo de documentos referente à presença de estudantes portugueses na Universidade de Bolonha, entre os finais do século XIV e os inícios do século XV – correspondente *grosso modo* ao final do reinado de D. Fernando

⁶ Jacques VERGER, “La mobilité étudiante au Moyen Âge”, *Histoire de l’éducation*, N° 50 (mai 1991), p. 88. Para uma cómoda tipologia dos desafios que se colocavam ao estudante estrangeiro, veja-se Elisabeth MORNET e Jacques VERGER, “Heurs et malheurs de l’étudiant étranger”, in *L’étranger au Moyen âge. Actes du XXXe congrès de la Société des historiens médiévistes de l’enseignement supérieur public*. Göttingen, 1999, Paris, Publications de la Sorbonne, 2000, pp. 217-232.

⁷ Afonso Eanes de Barcelos, na súplica que endereçou a Clemente VI em 1342, não esqueceu de referir a sua condição de sobrinho de Pedro Domingues e Rodrigo Domingues, outrora escolares respetivamente em Artes e Decretos na Universidade de Paris, colegas e amigos (“sociorum et amicorum”) do então papa. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Roma-Porto, Livraria Editorial Franciscana, 1968, pp. 7-8.

⁸ A exceção a este panorama é a documentação produzida no seio das nações existentes em algumas universidades dotadas de um recrutamento internacional como Paris e Bolonha, sendo estas nações destinadas a encadrar e proteger os interesses das comunidades estudantis estrangeiras aí radicadas. Veja-se sobre isso o clássico Pearl KIBRE, *The nations in the medieval universities*, Cambridge (Mass.), Medieval Academy of America, 1948, em especial as pp. 3-64 e 116-122 e, em específico para Bolonha, Albano SORBELLI, “La ‘Nazione’ nelle antiche università italiane e straniere”, *Studi e memorie per la storia dell’Università di Bologna*, N° 16 (1943), pp. 93-232.

(1367-1383) e às primeiras décadas do reinado seguinte de D. João I (1385-1433) – permite entrever, ainda que de forma sumária, a abrangência e a importância que poderiam revestir tais solidariedades estudantis. Fruto dos levantamentos documentais realizados pelo Pe. António Domingues de Sousa Costa no Archivo di Stato de Bolonha, este autêntico *dossier* é composto por documentos produzidos pelos notários e oficialidade bolonheses, complementado pela documentação produzida pelo Colégio de S. Clemente de Bolonha, pela Chancelaria e Câmara Apostólica e pela documentação eclesiástica conservada em alguns fundos da Torre do Tombo⁹. As cartas de procuração (gerais, para pedir benefícios, pagar taxas na Câmara Apostólica, entre outras), de execução de provimentos apostólicos em benefícios e os atos notariais referentes a empréstimos e transferências de dinheiro, constituindo a grande parte do referido *corpus*, revelam uma comunidade solidária a vários títulos. É, pois, sobre a tipificação desta solidariedade que versará o essencial do nosso propósito.

Antes disso, importa contudo situar a presença desta comunidade no fenómeno diacrónico da *peregrinatio academica* portuguesa em Bolonha ao longo do período medieval, assim como relembrar, ainda que brevemente, a sua sociologia, aliás já conhecida na sua globalidade.

1. A presença portuguesa em Bolonha

Quando D. Dinis promoveu a fundação da Universidade portuguesa em 1288-1290, a relação entre o reino de Portugal e as escolas existentes na Cristandade ocidental tinha mais de um século, fruto da influência de Cluny e da Igreja como motor de ideias e da mobilidade pessoal¹⁰. Este contexto permitiu que vários Portugueses enriquecessem a sua educação além-Pirenéus, uma educação iniciada geralmente no reino, através da aprendizagem da Gramática e das Artes nas escolas catedralícias, nas igrejas paroquiais ou nas escolas originárias dos movimentos religiosos urbanos.

Desde os finais do século XII, a mobilidade estudantil portuguesa polarizou-se entre Paris e Bolonha. Deixando de lado o primeiro destes casos, objeto de

⁹ António Domingues de Sousa COSTA, *Portugueses no Colégio de S. Clemente e Universidade de Bolonha durante o século XV*, Bolonha, Real Colégio de España, 1990b. Este conjunto documental encontra-se publicado no texto constante das páginas 267 a 835. O facto de introduzir novas informações em diversas biografias, faz pensar na sua junção posterior a uma primeira parte da obra, anteriormente redigida, publicada entre as pp. 1-266.

¹⁰ José MATTOSO, “Monges e clérigos portadores da cultura francesa em Portugal (Séculos XI e XII)”, in José Mattoso, *Portugal Medieval. Novas interpretações*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, pp. 365-387.

várias abordagens¹¹, o êxodo com destino à universidade de Bolonha, iniciado ou consolidado a partir dessa altura, teve como pano de fundo a conjuntura de um conflito latente entre o clero lusitano e a Coroa. A necessidade do episcopado em garantir o apoio de letrados versados em Direito, com o objetivo de alavancar a sua posição face ao poder central ou face a outras instituições eclesiásticas¹², tem sido uma ideia avançada para explicar a presença em Bolonha de alguns dos mais importantes canonistas das primeiras décadas do século XIII, alguns dos quais beneficiários de uma carreira de ensino na própria universidade como Pedro Hispano (*non papa*), Silvestre Godinho, João de Deus ou Vicente Hispano. Asserção suportada pela investigação efetuada sobre a biografia destes escolares e suas obras, mais do que sobre um estudo específico e circunstanciado¹³, a presença portuguesa

¹¹ Mário FARELO, *La "peregrinatio académica" portugaise vers l'"Alma mater" parisienne, XII^e-XV^e siècles*, memória de Mestrado, Université de Montréal, 1999; *idem*, "Os estudantes e mestres portugueses nas escolas de Paris durante o período medieval (sécs. XII-XV): elementos de história cultural, eclesiástica e económica para o seu estudo", *Lusitania Sacra*, 2^a série, vols. 13-14 (2001-2002), pp. 161-196. O tema foi estudado do ponto de vista da circulação de livros em William J. COURTENAY, "Spanish and Portuguese Scholars at the University of Paris in the Fourteenth and Fifteenth Centuries: The Exchange of Ideas and Texts", in Ivy A. Corfis e Ray Harris-Northall (eds.), *Medieval Iberia: Changing Societies and Cultures in Contact and Transition*, Woodbridge, Tamises Books, 2007, pp. 110-119.

¹² Maria João BRANCO, "An Archbishop and his Claims: the Allegations of Martinho Pires in Rome (1199) on the Quarrels Between Braga and Compostela", in Francisco J. Hernández; Rocío Sánchez Ameijeras e Emma Falque (eds.), *Medieval Studies in Honour of Peter Linehan*, Firenze, SISMEL – Edizioni del Galluzzo, 2018, pp. 111-151.

¹³ A presença portuguesa na Universidade, anterior ao século XIV, precisa ainda de estudos detalhados. Para além da recente síntese de André Oliveira Leitão, torna-se ainda necessário percorrer os diversos estudos de recorte bio e prosopográfico: André OLIVEIRA LEITÃO, "Leges et canones. Portuguese law students in 14th and 15th century Italy. Methodological horizons and problems", in Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria João Branco (eds.), *Ecclesiastics and Political State Building in the Iberian Monarchies, 13th-15th centuries*, Évora, CIDEHUS, 2016, pp. 275-290; António Domingues de Sousa COSTA, *Um Mestre português em Bolonha no século XIII, João de Deus. Vida e obra*, Braga, Editorial Franciscana, 1957; *idem*, *Mestre Silvestre e mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*, Braga, Editorial Franciscana, 1963; *idem*, "Identificação do autor da "Summa dictaminis" do século XIII e a sua provável datação", *Euntes Docente. Commentaria Urbaniana*, vol. 43, Nº 2 (1990a), pp. 191-229; *idem*, "Portugueses no Colégio de S. Clemente de Bolonha durante o século XV", *Studia Albornotiana*, Nº 13 (1973), pp. 211-415; *idem*, "Estudantes portugueses na reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV", *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, vol. III, Nº 1 (1969), pp. 3-157; Paulo MÊREA, "Domingos Domingues, canonista português do século", *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, ano XIII, Nº 43 (1967), pp. 223-229; Antonio GARCÍA Y GARCÍA, "Escolares ibéricos en Bolonia 1300-1330", in *Estudios sobre los orígenes de las Universidades Españolas: homenaje de la Universidad de Valladolid A la Universidad de Bolonia en su IX centenario*, Valladolid, Servivio de Publicaciones – Universidad de Valladolid, 1988, pp. 113-134; Maria João BRANCO, "Estados Pátrias e Nações nos juristas hispânicos dos séculos XII e XIII", *Cultura*, 15 (2002), pp. 21-46; Pascual TAMBURRI, "España en la Universidad de Bolonia: vida académica y comunidad nacional (siglos XIII-XIV)", *Espacio, tiempo y forma. Serie III, Historia medieval*, vol. 10 (1997), pp. 263-352; *idem*, "Spagoli a Bologna (1299-1330). Organizzazione e identità di una comunità studentesca", *Rivista storica italiana*, Nº 111 (1999), pp. 155-219; *idem*, "Natio Hispanica". *Juristas y estudiantes españoles en Bolonia antes de la fundación del Colegio de España*, Bolonia, Publicaciones del Real Colegio de España, 1999; Ingo FLEISCH, "Sacerdotium" – "Regnum" – "Studium". *Der westiberische Raum und die europäische Universitätskultur im Hochmittelalter. Prosopographische und rechtsgeschichtliche Studien*, Münster, Lit Verlag, 2006; *idem*, "The portuguese clergy and the european universities in the 12th and 13th centuries", in *Carreiras eclesiásticas no ocidente cristão: sécs. XII-XIV*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2007, pp. 70-71.

em Bolonha prolongou-se ao longo dos segundos e terceiros quartéis de Duzentos. Nessa altura, a comunidade estudantil portuguesa aí radicada encontrou-se ligada sobretudo à hierarquia eclesiástica secular de Braga e de Coimbra¹⁴.

Com o início da instabilidade criada na cidade, a partir de 1274, pela luta entre Guelfos e Gibelinos, as comunidades estudantis estrangeiras tenderam a abandonar Bolonha. Os Portugueses não constituíram uma exceção, ainda que não se possa defender o seu desaparecimento completo nas décadas subseqüentes, à luz das informações atualmente disponíveis¹⁵. Convém não esquecer que essa alteração do fluxo de migração esteve igualmente relacionada, a partir dos inícios do século XIV, com a fixação do Papado em Avinhão. Doravante, o fluxo estudantil português, à semelhança dos seus congêneres da Cristandade, teve como destino preferencial os *studia* meridionais de Toulouse e Montpellier, nos quais a Cúria pontifícia não deixou de exercer uma influência centrípeta¹⁶. A comunidade portuguesa em Bolonha, certamente pouco numerosa, agregou um conjunto de indivíduos, alguns dos quais se encontravam ligados a uma parte norte da diocese de Lisboa sob jurisdição alcobacense¹⁷. Ainda assim, apesar do *abandono* a que os Portugueses haviam votada a universidade bolonhesa, esta última conservou toda a sua preeminência, ou não fosse aos doutores dessa universidade que a Coroa portuguesa pediu vários *consilia*, aquando da guerra civil luso-castelhana de 1337-1339¹⁸.

Mas não tardou que os Lusitanos voltassem mais numerosos à península itálica. Um elemento facilitador desse regresso foi a fundação do colégio de S. Clemente de Bolonha pelo cardeal Gil de Albornoz, determinada pelo seu testamento em 1364 e executada nos anos seguintes¹⁹. Este estabeleceu um

¹⁴ FARELO (2013), 262.

¹⁵ Elenco reproduzido de FARELO (2013), 262: Guido Algiarde (sic) de Portugal (1276); Fernão Martins, cônego de Braga (1282-1284); Domingos Gonçalves, prior de Sta. Maria de Ventosa (1286); Mateus Gonçalves, cônego de Lisboa (1282-1292); Gil Fernandes, arcediogo de Coimbra? (1292).

¹⁶ Joaquim Veríssimo SERRÃO, "Étudiants portugais dans les universités du Midi de la France à la fin du XIV^e siècle", *Bulletin Philologique et Historique (jusqu'en 1715) du Comité des travaux historiques et scientifiques. Années 1953-1954*, Paris, Imprimerie Nationale-Presses Universitaires de France, 1955, pp. 265-272; *idem*, *Les Portugais à l'Université de Toulouse (XIII^e-XVII^e siècle)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970; *idem*, *Les Portugais et l'Université de Montpellier (XII^e-XVII^e siècles)*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

¹⁷ Elenco reproduzido de FARELO (2013), 262: Estêvão Soares, cônego de Silves (1320); Jorge Eanes da Pederneira?, reitor da igreja de S. Pedro de Portavalla (sic), diocese de Lisboa, escolar em Bolonha em Direito Canónico (1324); Martinho Martins de Leiria, reitor dos juristas ultramontanos, cônego de Coimbra e expectante de prebenda no Porto, reitor da igreja de Sta. Comba Dão (diocese de Coimbra), escolar em bolonha em Direito Canónico (1323-1325); Martinho Afonso de Portugal, escolar em Bolonha de Direito Civil (1327).

¹⁸ FARELO (2013), 248.

¹⁹ Sobre este colégio, para além das obras já referidas de Sousa Costa, veja-se um resumo da sua organização e história em António PÉREZ MARTÍN, "Colegiales de San Clemente de los Españoles en bolónia (1368-1500)", *Salamanticensis*, vol. 20, fasc. 1 (1973), pp. 69-84.

conjunto de bolsas de estudo destinadas a assegurar a manutenção de escolares no colégio, providas sob nomeação dos cabidos catedralícios nos quais o referido cardeal havia usufruído benefícios. O cabido de Lisboa, no qual ele tinha auferido o arcediagado de Lisboa, um canonicato e uma prebenda, foi beneficiado pela apresentação de um estudante em Direito canónico²⁰.

Com o Grande Cisma de Ocidente (1378-1417), a mobilidade estudantil pareceu orientar-se em função das obediências seguidas pelos reinos da Cristandade. Portugal, titubeando de início entre a obediência avinhonense e romana, acabou por adotar esta última. Sem que isso determinasse um fecho completo das universidades dos reinos franceses e castelhanas aos Portugueses, não deixa de ser verdade que, doravante, mestres e escolares lusitanos instalar-se-iam sobretudo nas universidades instaladas em territórios sob obediência romana. A extensão geográfica da mobilidade universitária portuguesa atinge então o seu ponto mais alto, com a presença de clérigos regulares – quase sempre mendicantes – nas universidades de Oxford e mesmo no espaço germânico, na Universidade de Colónia²¹. Mas, sobretudo, o novo *facies* deste movimento caracterizou-se pelo reavivar do *iter italicum*.

A partir das últimas décadas do século XIV, a península itálica tornou-se o *locus* onde os portugueses preferiram estudar, no seguimento amiúde de um percurso universitário iniciado em Portugal e numa clara associação com a conjuntura política ditada pela emergência de uma nova dinastia em Portugal. João das Regras, Martinho Afonso da Charneca ou Rui Lourenço personificam a importância da formação *in terra aliena* para a promoção de uma trajetória de sucesso juntos das instituições soberanas²². É precisamente nesta altura que emerge a comunidade registada na documentação publicada pelo Pe. Sousa Costa, a qual é suficiente importante, ao nível da instituição universitária, para constituir uma das suas 18 nações, com direito a um conselheiro e a voto nas suas reuniões²³.

No século seguinte, ao mesmo tempo que o reino lusitano abre-se ao mundo e que as novas correntes culturais ligadas ao humanismo penetram nas cortes europeias, o êxodo escolar português em Itália diversifica-se: às universidades

²⁰ COSTA (1969), 4.

²¹ Peter Edward RUSSELL, “Medieval Portuguese Students at Oxford University”, in *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte*, Münster, Westfalen, 1960, pp. 183-191; *Die Matrikel der Universität Köln*, Hermann KEUSSEN (ed.), vol. I, 2ª edição, Bonn, Verm. U. Erw. Auflage, 1928, p. 83, 97, 141, 182, 511 e 539.

²² Nuno J. Espinosa Gomes da SILVA, “João das Regras e outros juristas portugueses da Universidade de Bolonha (1378-1421)”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, N° 12 (1960), pp. 5-35; *idem*, “O doutoramento em Pavia de D. Martim Gil, bispo de Silves (1395)”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, N° 16 (1963), pp. 425-430; António Domingues de Sousa COSTA, “O célebre conselheiro e chanceler régio Doutor João das Regras, clérigo conjurado e prior da colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães”, *Itinerarium*, ano 18, N° 77 (Julho-Setembro 1972), pp. 232-259.

²³ COSTA (1969), 6.

mais prestigiadas de Bolonha e de Pádua, os lusitanos demandaram cada vez mais outras universidades italianas²⁴. Concomitantemente, a partir da segunda metade da centúria, assiste-se ao retorno dos escolares lusitanos a destinos anteriormente seguidos. Salamanca e Paris tornam-se de novo destinos privilegiados. Se no primeiro caso, esse afluio é justificado pela menor distância do reino e pela fama do Estudo salmatino, no caso parisiense, essa nova demanda inscreveu-se no âmbito de políticas de promoção cultural levadas a cabo pela Realeza portuguesa nos inícios de Quinhentos, com propósitos evidentes de formar especialistas para a pregação e a conversão religiosa nos espaços ultramarinos²⁵.

2. A caracterização do grupo

A documentação publicada pelo Pe. Sousa Costa permitiu a elaboração de um quadro-síntese, publicado em apêndice ao presente trabalho, com o registo de 57 indivíduos. Não se trata, obviamente, de todos os Portugueses que frequentaram a Universidade de Bolonha ou outros *studia* italianos no período considerado. Por um lado, porque a documentação universitária utilizada para a constituição do *corpus* limitou-se quase exclusivamente aos livros de registo dos exames de licenciatura e de doutoramento das faculdades de Direito Civil e Canónico da Universidade bolonhesa²⁶. Nessa perspetiva, a identificação dos membros do grupo como

²⁴ Virginia RAU, “Italianismo na cultura jurídica portuguesa do século XV”, *Revista Portuguesa de História*, N.º 12 (1969), pp. 185-206; *idem*, “Alguns estudantes e eruditos portugueses em Itália no século XV”, *Do Tempo e da História*, 5 (1972), pp. 29-99; COSTA (1969); *idem*, “O Doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I, Doutor Lançarote, conde palatino e embaixador ao Concílio de Pisa”, *Itinerarium*, ano 3, N.º 3 (1957), p. 202-230; *idem*, “Doutoramento em Leis, na Universidade de Bolonha, de D. João Alvares, Deão de Viseu, depois bispo de Silves”, *Itinerarium*, ano 4, N.º 21 (Julho-Setembro 1958), p. 342-380; *idem*, “Mestre Fr. André do Prado. Desconhecido Escotista Português do Século XV, professor nas Universidades de Bolonha e da Cúria Romana”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, t. XXIII, N.º 3 (Julho-Setembro 1967), pp. 293-337; *idem*, *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV*, Roma-Porto, Editorial Franciscana, 1967.

²⁵ Luís de MATOS, *Les Portugais à l'Université de Paris entre 1500 et 1550*, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1950; José F. da Silva TERRA, “Nouveaux documents sur les Portugais à l'Université de Paris (XVI^e siècle)”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 5 (1972), pp. 190-260.

²⁶ Os *Liber secretus Iuris Caesaris* e *Liber secretus Iuris Pontificii*. O segundo foi editado, para a cronologia que aqui interessa, por Albano SORBELLI, *Il “Liber secretus iuris caesarei” della università di Bologna*, vol. I: 1378-1420, vol. II: 1421-1450, Bolonha, Presso l'Istituto per la storia dell'Università di Bologna, 1938-1942. Falta editar a parte correspondente no primeiro, uma vez que a edição prevista de Candido Mesini não chegou a realizar-se. Veja-se, sobre o assunto, Candido MESINI, “Il ‘Liber secretus iuris pontificii’”, *Apollinaris*, n.º 43 (1970), pp. 373-403; Bernardo PIO, “La peregrinatio academica nell'età dello scisma: studenti di diritto canonico a Bologna fra XIV e XV secolo”, in Miriam Davide (ed.), *dentità cittadine e aggregazioni sociali in Italia, secoli XI-XV. Convegno di studio Trieste, 28-30 giugno 2010*, Trieste, Centro Europeo Richeche Medievali, 2012, pp. 103-134; *idem*, “Osservazioni preliminari all'edizione delle più antiche registrazioni del *Liber secretus iuris pontificii*”, in Giancarlo Angelozzi, Maria Teresa Guerrini e Giuseppe Olmi (eds.), *Università e formazione dei ceti dirigenti. Per Gian Paolo Brizzi, pellegrino dei saperi*, Bologna, Bononia University Press, 2015, pp. 51-60.

escolares foi efetuada sobretudo a partir de uma documentação essencialmente não-universitária, constituída por súplicas e letras apostólicas, assim como por atos redigidos pelos notários bolonheses, nos quais o registo da condição de *escolar* contribuía para a garantia de identificação das partes, sobretudo necessária quando estas eram estrangeiras²⁷. Contudo, importa ter a noção igualmente de que nem todos os Portugueses constantes nesta documentação eram referidos como mestres ou escolares, pelo que o critério apertado de inserção no grupo ditou que não fossem considerados os casos em que não se tivesse evidenciado uma identificação documental da pertença à universidade, ainda que o indivíduo estivesse presente em Bolonha. Excluíram-se, assim, alguns potenciais estudantes como o famoso Gomes Eanes, filho do oligarca de Lisboa João Martins de S. Mamede, posteriormente conhecido como o abade D. Gomes²⁸.

Apesar de todos estes escolhos, o *corpus* documental em análise permite descortinar a existência de três gerações de escolares portugueses em Bolonha no período escrutinado.

A mais antiga corresponde à geração de Portugueses que permaneceram em Bolonha nos anos 1370 e 1380. A quantidade de indivíduos registados foi numericamente pouco significativa, porventura um reflexo ainda da capacidade de atração das universidades meridionais, no ocaso da presença pontifícia em Avinhão. Com efeito, o percurso de Rui Lourenço de Tavira parece constituir um exemplo dessa *ponte* entre Avinhão e a península itálica, pelo facto de ele ter sido um dos membros mais precoces do Colégio Gregoriano, instituição fundada em Bolonha em 1370-1371 pelo papa avinhonense Gregório XI para acolher estudantes da diocese de Limoges e dos Estados Pontifícios. Desconhece-se a que título ele conseguiu uma tal inserção, a qual chegou a ter alguma projeção, dada a sua eleição em 1373 para a tesouraria da referida instituição. Para além disso, a inserção de portugueses no colégio de S. Clemente tinha então os seus limites, dada a propensão do Cabido de Lisboa em prover candidatos estrangeiros, à semelhança

²⁷ A utilização pelo Pe Sousa Costa dos *Memorialia Communis* limitou-se ao n.º 317, comunicado por Vittorio Valentini. Este fundo consignou, desde 1265 e até 1436, os negócios jurídicos (atos públicos e contratos privados) praticados em Bolonha quando o valor da transação ultrapassava as 20 libras bolonhesas. A sua utilização limitada para a segunda metade de Trezentos deve-se à prelavalencia da documentação referente aos escolares até aos inícios do século XIV, decaíndo depois, ao mesmo tempo que decresce o rigor da informação registada. Sobre a história e caracterização global deste fundo documental, veja-se Giorgio TAMBA, “I memoriali del comune di Bologna nel secolo XIII. Nota di diplomatica”, *Rassegna degli archivi di Stato*, vol. 47, N.º 2-3 (1987), pp. 235-290.

²⁸ Para além da extensa bibliografia referida em FARELO (2009), 508-509, veja-se Rita Costa GOMES, *A Portuguese Abbot in Renaissance Florence. The letter collection of Gomes Eanes (1415-1463)*, Florença, Leo S. Olschki, 2018; Paulo Catarino LOPES, “Entre a Itália e Portugal. A relevância do livro na circulação cultural e reformista promovida pelo abade D. Gomes Eanes no século XV”, in Nunziatella Alessandrini, Mariagrazia Russo e Gaetano Sabatini (org.), *‘Homo est minor mundus’. Construção de Saberes e Relações Diplomáticas luso-italianas (sécs. XV-XVIII)*, Lisboa, Fábrica da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, 2018, pp. 31-57.

da nomeação efetuada em 1377 em favor do castelhano Fernando de Torre²⁹. Assim sendo, compreende-se que os poucos Portugueses então rastreados contaram com solidariedades outras que aquelas disponíveis no colégio clementino.

Com a exceção de Rui Lourenço de Tavira, originário do Algarve, os restantes escolares recenseados eram originários de Lisboa. Aliás, a observação das genealogias de João Afonso das Regras e de Martinho Afonso da Charneca faz pensar que este fluxo inicial radicou, em grande medida, numa estratégia desenvolvida por membros de famílias olisiponenses ligadas à Câmara ou ao serviço régio, com o objetivo de promover o doutoramento em Direito de alguns dos seus membros. E não será mesmo impossível que esse fenómeno fosse já então mais abrangente do que as parcas fontes de informação sugerem, atendendo aos percursos biográficos dos enigmáticos irmãos Gomes e Estêvão Eanes, ou mesmo daqueles que se identificam como *doutores* nos alvares do reinado joanino, à semelhança do praticamente desconhecido Lourenço Eanes de Sintra, sem dúvida um dos homens de confiança do rei D. João I nos inícios do século XV³⁰.

Os casos conhecidos mostram que os escolares formados na altura em Bolonha tenderam a regressar ao reino após a aquisição dos seus diplomas, pelo que, como seria de esperar, as suas competências jurídicas e eclesiológicas não deixaram de ser exploradas. Um exemplo evidente foi a participação de alguns deles na comissão encarregue de se pronunciar, em 1382-1383, sobre a obediência ao papa de Avinhão³¹. De facto, os casos de Rui Lourenço, de João Afonso das Regras e de Martinho Afonso da Charneca mostram que os letrados *bolonheses* da altura beneficiaram de importantes carreiras no serviço régio (como embaixadores

²⁹ COSTA (1990b), p. 18.

³⁰ Desconhecido da historiografia que se dedica ao estudo do oficialato régio central no reinado de D. João, os elementos biográficos passíveis de ser reunidos apontam nesse sentido: doutor em Leis e bacharel em Decretos (c. 1394); clérigo da diocese de Lisboa, recebe a pluralidade de benefícios nas arquidioceses de Lisboa, Braga e nas dioceses de Évora e Coimbra (1401); familiar do papa (1401); prior de Sta. Maria do Outeiro de Lisboa (1403); indulto para receber os seus benefícios sem residência durante 5 anos, por se encontrar em Estudo Geral ou ao serviço do rei de Portugal (1403); cônego e chantre da Sé de Lisboa (1403); prior de Sta. Eulália de Rio Covo (d. Braga) (1403); desembargador régio (1404); um dos desembargadores envolvidos na sucessão do doutor João das Regras (1404); pai de Elvira Lourenço, Martim Lourenço e de João, ambos tidos de Maria Vicente, legitimados em 1404 (os dois primeiros) e em 1406 (o último); trazia uma propriedade no termo de Alenquer da Ordem do Hospital (1407); conselheiro do rei, já falecido em 1407; irmão de João Lourenço (1407). COSTA (1982), 775, 787; *Chartularium Universitatis Portugalensis* (1288-1537), Artur Moreira de Sá (ed.), vol. II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1968, pp. 272-273, doc. 548-549; pp. 289-290, doc. 565; p. 290, doc. 567; p. 292, doc. 569; pp. 244-245, doc. 574; *Chancelarias Portugueses. D. João I*, João José Alves DIAS (ed.), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006, vol. III/1, p. 49-50, doc. 74-75; p. 222, doc. 345; vol. III/2, p. 17, doc. 444; p. 59, doc. 485; TT, *Colegiada de Sta. Marinha do Outeiro de Lisboa*, m. 4, nº 125.

³¹ Os antigos estudantes bolonheses apoiam a obediência romana, tanto mais que alguns deles haviam sido discípulos de João de Legnano, por essa altura o campeão da causa urbanista. Bernardo PIO, *De fletu Ecclesie. Giovanni da Legnano*, Legnano-Bolonha, Fondazione Cassa di Risparmio in Bologna-Banca di Legnano, 2006, pp. 43-57, 70-102.

e conselheiros do rei) ou da Igreja, ao ponto deste último ter logrado alcançar o topo da hierarquia com o seu provimento como arcebispo de Braga.

A *segunda* geração consubstanciou algumas das características do grupo anterior, nomeadamente em termos da presença continuada de membros das elites olisiponenses, agora alargada a efetivos da nobreza com proffucas inserções cortesãs. De um modo geral, estes escolares regressaram ao reino após a aquisição dos respetivos graus, ainda que neste período se evidencie a possibilidade de alguns deles permanecerem na península itálica, como Lourenço Esteves ou de alguns curiais como Vasco Rodrigues. A população em estudo revela igualmente que os períodos de turbulência sentidos na Universidade bolonhesa, nomeadamente em finais do século XIV e no decurso da primeira metade da segunda década da centúria seguinte, levaram à diversificação dos destinos universitários³². Nesse sentido, surge um núcleo de clérigos portugueses a adquirir graus em Pavia na década de 1390, da mesma forma que Pádua foi o destino de vários Portugueses entre 1409 e 1417, muitos deles atraídos pelos estudos de cariz humanístico aí ministrados por indivíduos da nomeada de um Gasparino Barzizza, professor, por exemplo, do lisboeta Afonso Rodrigues³³.

O acréscimo de efetivos registados nas fontes tornam visíveis outros aspetos digno de nota. Desde logo, percebe-se que o colégio de S. Clemente torna-se efetivo no acolhimento de um conjunto de clérigos portugueses, alguns dos quais chegavam a ter funções governativas a título de reitor da instituição: Fernando de Portugal (1395-1396, 1401-1402) e Gomes Pais (1410-1411)³⁴.

O grupo de escolares que almejaram o doutoramento da década de 1390 e nos inícios da década seguinte conseguiu importantes inserções, não sendo impossível pensar que o movimento tenha beneficiado de uma qualquer ajuda da parte da Coroa, ainda que sem consubstanciar, provavelmente, uma política de bolsas de estudo semelhante aquela perceptível posteriormente no reinado de D. Afonso V³⁵.

³² Veja-se, sobre o assunto, Patrick LANTSCHNER, *The Logic of Political Conflict in Medieval Cities: Italy and the Southern Low Countries, 1370-1440*, Oxford, Oxford University Press, 2015, p. 109; PIO (2012), pp. 126-128.

³³ COSTA (1990b), 583; Eduardo Borges NUNES e Martim de ALBUQUERQUE, “Parecer do Doutor “Velasco di Portogallo” sobre o beneplácito régio (Florença, 1454)”, *Do tempo e da História*, vol. 2 (1968), pp. 97-139; Clelia BETTINI, “Tre Valascos nell’Italia del quattrocento: Meser Valasco di Vespasiano da Bisticci, Petrus Vallascis di Cataldo Siculo e Vasco Fernandes de Lucena”, *Humanitas*, N° 60 (2008), pp. 205-226; Tomás GONZÁLEZ ROLÁN, “Los universitarios portugueses graduados en Bolonia, Alfonso de Cartagena y Poggio Bracciolini”, in Carmen Soares, Maria do Céu Fialho e Thomas Figueiras (eds.), *Pólis/Cosmópolis: identidades globais & locais*, Coimbra, Imprensa da Universidade – Annablume, 2016, p. 324.

³⁴ COSTA (1969), 10, 54.

³⁵ O rei de Portugal é um dos destinatários de uma carta de Pellegrino Zambeccari, chanceler da cidade de Bolonha, datada de 1397, pela qual solicita a ajuda financeira do monarca em favor de Pedro Eanes, colegial de S. Clemente e reitor dos ultramontanos da universidade bolonhesa. Segundo o chanceler, a sua saída de Bolonha sem o grau de doutor seria uma desonra para o monarca e para os parentes de Pedro Eanes. COSTA (1969), 8, 10. Veja-se para a política afonsina de concessão de bolsas de estudo a elementos

Assim, os doutores em Leis Martim Gil do Sem, os irmãos Gil Martins e Diogo Martins, assim como Lançarote Esteves ingressaram e mantiveram-se no serviço régio, seja como embaixadores ou desembargadores, ao passo que os doutores em Direito Canónico como Martinho Gil e João Álvares imiscuíram-se no restrito corpo episcopal do reino. Aliás, estes últimos exemplos fazem pensar na ligação, aparentemente operativa na época, entre a presença em Bolonha e o provimento episcopal no reino, o que pode constituir um argumento importante do aclaramento das condições e justificações de recrutamento do episcopado lusitano nesse período. Com efeito, denota-se a possibilidade da obtenção de cátedras ainda durante a permanência física do beneficiado na Universidade (casos do bispo de Coimbra Gil Alma, do bispo da Guarda Gonçalo Vasques da Cunha ou do bispo de Silves Fernando da Guerra), ou posteriormente, no seguimento das necessárias ligações familiares, como nos casos de João Álvares, Álvaro Afonso e Fernando Martins Coutinho.

Para aqueles que não conseguiram a inserção no episcopado do reino, o doutoramento em Direito Canónico constituiu um trunfo para o ingresso na burocracia episcopal, sobretudo quando os prelados eram também antigos estudantes portugueses na Península itálica. Nesse particular, destacam-se os clérigos que prosseguiram uma carreira nas casas dos arcebispos de Lisboa ao longo da primeira metade de Quatrocentos, constantes do anexo para o qual remetemos, como prova desta e das restantes afirmações efetuadas ao longo do texto.

Para além do recrutamento episcopal ou da inserção das estruturas burocráticas de alguns dos prelados portugueses, verifica-se que a presença em Itália constituiu um argumento de peso na hora de escolher os embaixadores régios aos concílios de Pisa e de Constança. Para além de especialistas em Direito e fluentes na língua latina, a Coroa beneficiava da experiência de homens habituados às realidades italianas e da Cúria Romana. Tais escolares poderiam constituir igualmente mediadores privilegiados para a obtenção dos pareceres que a Coroa lusitana pontualmente solicitou aos professores bolonheses, conforme ilustrado pelos casos dos *concilia* obtidos sobre o património dos Pessanha (1383-1384), o morgado de Góis (1408) e sobre outros assuntos não esclarecidos³⁶.

cortesãos, embora sem a possibilidade de qualquer destrinça, pelas insuficiências documentais, entre os beneficiários que estudam no reino e aqueles que vão para o estrangeiro, Humberto Baquero MORENO, "Um aspecto da política cultural de D. Afonso V: a concessão de bolsas de estudo", *Revista das Ciências do Homem*, Série A, Nº 3 (1970), pp. 177-205; Maria João Oliveira e SILVA, "Bolseiros e bolsas de estudo no tempo de D. Afonso V", in Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral, Maria Fernanda Ferreira Santos (coords.), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, vol. III, Porto, Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 1091-1099.

³⁶ Thomas M. IZBICKI, "A Bolognese *consilium* on Portuguese politics", in *Diritto e potere nella storia europea: atti in onore di Bruno Paradisi. Quarto Congresso internazionale della Società Italiana di Storia del Diritto*, vol. I, Florença, L. S. Olschki, 1982, pp. 313-319; Martim de ALBUQUERQUE (ed.),

A partir da década de 1420, uma *nova* geração de estudantes chega à península itálica. O conhecimento sobre este grupo é menor do que o anterior. Não somente já não existem os atos notariais bolonheses das décadas anteriores – agora substituídos pela documentação proveniente do *carteggio* do abade D. Gomes –, como também estes escolares têm agora percursos aparentemente menos espetaculares. Estes indivíduos já não conseguem uma integração no episcopado português, da mesma forma que rareiam os longos trajetos na burocracia régia. As raras exceções concernem aqueles indivíduos com ligações efetivas ao poder, nomeadamente aqueles que, como João do Sem, tiveram nos seus progenitores antigos escolares *bolonheses* e que, em alguns casos, trocaram a universidade bolonhesa pelo *studium* de Siena³⁷.

3. Perspetivas sobre as solidariedades grupais

A caracterização supracitada aponta já alguns elementos associados às solidariedades dentro do grupo. Por um lado, a documentação notarial bolonhesa mostra que os membros da comunidade testemunham os documentos uns dos outros, não raras vezes indicando que *conheciam* os intervenientes dos mesmos. Essa convivência levava a uns fossem nomeados procuradores dos outros, existindo inclusivamente provas de procurações *cruzadas*, em que X é procurador de Y e Y é procurador de X. Tais procurações eram passadas em diversas situações, sendo as mais usuais a representação por motivos benéficiais, judiciais ou fiscais junto das instituições da Cúria Romana. Para a gestão dos benefícios usufruídos do reino, privilegiava-se, obviamente, indivíduos estantes em Portugal. Ainda que menos frequente, poderia caber aos colegas de escola a efetivação do provimento apostólico em benefício eclesiástico, à semelhança da execução feita por Fernando Gonçalves Beleágua, em 1402-1403, em favor de Lopo Martins do Carvalhal, da pluralidade de benefícios nas igrejas de Lisboa, Évora, Coimbra e Silves e, con-

Pareceres Quatrocentistas de juristas da Escola de Bolonha sobre a Sucessão do Morgado de Góis em Portugal, Coimbra, Coimbra Editora, 2008; SILVA, (1960), 16; COSTA (1990), 40; FARELO (2013), 248-249. Estes *concilia* não foram só solicitados pela Coroa, como se depreende do trabalho de André VITÓRIA, “A little known version of Oldradus de Ponte’s *consilium* no. 83?”, *Initium*, vol. 17 (2012), pp. 169-207.

³⁷ Manuela MENDONÇA, “Portugueses na Universidade de Siena. Contribuição para a sua história”, in José María Soto Rábanos (ed.), *Pensamiento medieval hispano: homenaje a Horacio Santiago-Otero*, vol. I, Madrid, CSIC-Consejería de Educación y cultura de la Junta de Castilla y León-Diputación de Zamora, 1998, pp. 831-860; Giovanni MINNUCCI, “Studenti giuristi portoghesi a Siena nella seconda metà del XV secolo”, in Antonio Padoa Schioppa, Gigliola di Renzo Villata e Gian Paolo Massetto (eds.), *Amicitiae pignus. Studi in ricordo di Adriano Cavanna*, Milano, Giuffrè, 2003, pp. 1477-1488 (sem referências para o período aqui considerado).

sequentemente, dos canonicatos de Lisboa e de Évora, este último assortido do arcediagado na igreja eborense³⁸.

Com efeito, um dos traços mais distintivos destas solidariedades relaciona-se justamente com os benefícios eclesiásticos, em termos da sua *circulação* entre os membros da comunidade. A demissão de um benefício eclesiástico por parte de um dos membros da comunidade originava, em muitos casos, um pedido de provimento por parte de um colega. E mesmo se esse processo de sucessão não deixou de gerar atritos no seio da comunidade³⁹, resulta claro que a sucessão em diversos benefícios só pode explicar-se pelas solidariedades *itálicas*, como nos casos da igreja de S. Salvador de Lousada (transmitida por João Álvares a Brás Afonso), do reitorado de S. Tomé de Lisboa (de Gomes Eanes a Fernando Martins Coutinho), de um dos canonicatos de Coimbra (de Gil de Alma a João Peres), entre outros. Fruto das diversas transferências dos prelados entre bispados, um estudo aturado do episcopado português de inícios do século XV chegaria certamente às mesmas conclusões, nomeadamente em termos da diocese de Braga (Martinho Afonso da Charneca e Fernando da Guerra), do Porto (Gil Alma, Álvaro Afonso e Fernando da Guerra), de Coimbra (Gil Alma e Fernando Martins Coutinho), de Évora (Martinho Gil e Álvaro Afonso e, sobretudo, de Silves (Martinho Gil, Fernando da Guerra e João Álvares).

Viver no estrangeiro foi – e continua a ser – um questão de dinheiro. Haveria, em primeiro lugar, que conseguir assegurar os meios de uma subsistência condigna. Um dos meios para reunir o pecúlio necessário seria a venda de património, como bem sabia o tutor de João Pereira, ao vender em 1434 umas casas, para que este pudesse ir estudar em Bolonha⁴⁰. Uma vez no destino, importava obter o dinheiro enviado de Portugal. Por exemplo, ao chegar a Pádua em 1411, Fernando da Guerra procurou receber os 1000 florins enviados desde Lisboa⁴¹. A documentação reunida permite perceber o funcionamento destes envios, através das estruturas de câmbio estabelecidas pelos mercadores italianos entre Portugal e a península itálica. Quatro exemplos mostram que o mais usual seria a utilização do circuito Lisboa-Génova-Bolonha. O envio em 1376 em favor dos irmãos Gomes e Estêvão Eanes teve como destino Génova, onde mercadores florentinos aí estantes reenviavam-na aos seus sócios em Bolonha⁴². Dois anos mais tarde, é pelo mesmo percurso que o mercador genovês estante em Lisboa, Jacob Peregrini, transmite

³⁸ COSTA (1990b), 273, 280-284.

³⁹ Veja-se, por exemplo, o conflito em torno do provimento de uma quartanária no cabido da Sé de Lisboa em 1403 entre Brás Afonso e Gomes Álvares. COSTA (1990b), p. 420, 511-512.

⁴⁰ *Idem, ibidem*, 661.

⁴¹ COSTA (1969), 32, 41; COSTA (1990b), 410.

⁴² COSTA (1990b), 269.

o dinheiro enviado pelo conhecido Álvaro Pais ao seu enteado João Afonso das Regras, então licenciado em Direito Civil⁴³. A intervenção *florentina* deteta-se no câmbio efetuado em 1382 em favor de Martinho Afonso da Charneca, uma vez que a respetiva letra foi emitida João Esteves Migliorini de Florença⁴⁴. Uma década mais tarde, os 300 ducados e meio de ouro, com destino a João Peres e Gil da Alma, foram enviados de Lisboa pelo conhecido mercador genovês João de Parma a Francisco Vinalis, estante em Génova, e daí a Filipe de Geraldini, *campesor* em Bolonha⁴⁵. Quatro anos mais tarde, é aos genoveses João de Nigro e a Simão de Marabotto que Gomes Álvares confia os 300 ducados enviados desde Portugal⁴⁶.

Torna-se desnecessário multiplicar os exemplos. Importa sobretudo ter a noção que, em paralelo com a transmissão de recursos monetários, que deveria porventura constituir a regra, a comunidade podia igualmente jogar um papel importante nesse assunto, através de empréstimo entre colegas que a documentação permite igualmente rastrear⁴⁷. Talvez menos comum fosse o aluguer de livros e de bens, como aquele consentido por Lançarote Esteves em 1399 a Gonçalo Vasques da Cunha, já então bispo da Guarda e a Afonso Martins, vigário de Loures, livros e bens a serem devolvidos em Itália ou em Portugal no espaço de 20 meses⁴⁸.

Testemunhos de atos notariais e empréstimo de dinheiro constituem alguns dos indícios de uma convivialidade estudantil que dificilmente poderá ser apreendido nas suas diversas valências. Ao explorar sucintamente a informação publicada pelo Pe. Sousa Costa – sintetizada num quadro final destinado a suportar as asserções tecidas ao longo do texto e a incentivar explorações futuras do tema –, pretendeu-se chamar a atenção para a importância das solidariedades tecidas ou reforçadas *nos bancos da escola*, através de exemplos da sua mobilização *in situ* ou algures ao longo do percurso subsequente do indivíduo. Pontuada pela amizade e pela cooperação, as relações dentro da comunidade não deixaram de ser toldadas pela competição em torno da obtenção de benefícios eclesiais e pela natural conflitualidade estudantil, apanágio das vivências numa cidade universitária cosmopolita como Bolonha. *Amigos para a vida?* Certamente que sim, *ma non troppo*.

⁴³ COSTA, António Domingues de Sousa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. II, Porto-Braga, Editorial Franciscana, 1970, p. CXXXVI-CXXXVII; COSTA (1982), 560.

⁴⁴ COSTA (1982), 545.

⁴⁵ COSTA (1990b), 324-325, 348.

⁴⁶ *Idem, ibidem*, 325-326, 378.

⁴⁷ *Idem, ibidem*, 351 e nota 1499 (litígio em 1398 entre Gil Vasques, reitor da igreja de Sta. Maria de Palmaz e Pedro Eanes, licenciado em Direito Canónico, sobre empréstimo de 8 ducados).

⁴⁸ *Idem, ibidem*, 321-322.

ANEXO

Estudantes portugueses na Península Itálica (finais séc. XIV-inícios séc. XV)

Salvo indicação expressa de outra universidade em maiúsculas, as referências ligadas ao percurso académico referem-se a inserções na Universidade de Bolonha. As palavras a negrito designam as datas exatas dos exames privados (licenciaturas) e exames públicos (doutoramentos). As palavras em *itálico* indicam informações não confirmadas, mas verosimilhanças.

Nomenclatura: Bach.= Bacharel; c. = cerca; Can.= Canónico; Civ. = Civil; cón.= cónego; cx. = caixa; d. = diocese; D. = Direito; Dout.= Doutoramento; Esc.= Escolar; fl. = fôlio; igr. = igreja; Lic.= Licenciatura; liv. = livro; m. = maço; nº = número; par.= paroquial; Raç.= Raçoeiro; S./Sto. = São/Santo; Sta. = Santa; U. = Universidade.

Fontes: TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 2, fl. 83v, liv. 18, fl. 37, 43; liv. 20, fl. 3v, liv. 24, fl. 94v; *Mosteiro de Sto. Agostinho de Lisboa*, m. 2, nº 40, m. 4, nº 7; *Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa*, m. 17, nº 8; *Ordem dos Pregadores. Convento de S. Domingos de Lisboa*, liv. 5, fl. 285-286; *Ordem dos Frades Menores. Província de Portugal. S. Francisco de Lisboa*, liv. 10, fl. 63v-65; *Ordem dos Frades Menores. Província de Portugal. Convento de Sta. Clara de Santarém*, m. 12, nº 840; *Colegiada de Sta. Cruz do Castelo de Lisboa*, m. 8, nº 355; *Colegiada de Sto. Estêvão de Alfama de Lisboa*, m. 15, nº 282; *Colegiada de S. Martinho de Sintra*, m. 7, nº 247; *Mosteiro de Santos-o-Novo*, m. 956; *Mosteiro de Sta. Maria de Chelas*, m. 33, nº 643; *Mosteiro de Alcobaça*, 2ª inc., m. 48, nº 1316, m. 53, nº 20; *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas*, liv. 15, fl. 122; *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª inc., m. 94, nº 4498; *Arquivo do Hospital S. José*, liv. 1190, fl. 168-178; *Arquivo da Arquiconfraria do Santíssimo Sacramento das Freguesias de S. Julião e de Nossa Senhora de Fátima, Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa*, cx. 7, nº 169; *Grégoire XI (1370-1378). Lettres communes analysées d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican*, ed. Anne-Marie HAYEZ, avec la collaboration de Janine MATHIEU et Marie-France YVAN, vol. I-III. Rome, École Française de Rome, 1992-1993, p. 721; *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, vol. II, Lisboa, JNICT, 1968, pp. 125, 284, 320-321, 159-60, 177, vol. III, pp. 6-7, 38-39, 71, 75-76; *Monumenta Henricina*, edição de António Joaquim Dias DINIS, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1964, vol. IV, pp. 316-317; *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 82, 184; Jorge FARO, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios Documentais)*, Lisboa, Centro de Estudos Económicos – Instituto Nacional de Estatística, 1965, p. 22; António Domingues de Sousa COSTA, “Estudantes portugueses na Reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na Primeira Metade do século XV”, *Arquivo de História da Cultura Portuguesa*, Vol. III, Nº 1 (1969), pp. 7-9, 18-22, 31-33, 35-36, 39-42, 44-45, 57-58, 63, 78, 80-81, 84-86, 89-90, 93, 95-96, 99, 100-102; *idem*, *Portugueses no Colégio de S. Clemente e Universidade de Bolonha durante o século XV*, Bolonha, Real Colégio de España, 1990, pp. 18, 21-22, 23-24, 33-38, 42, 267-270, 272-277, 279-280, 282-284, 286-295, 297-301, 303, 307-308, 315-319, 321-322, 324-331, 333-337, 340-341, 343-5, 348-359, 364-366, 378, 382-383; 385-391, 408-409, 419-423, 425-430, 433, 442-444, 451-453, 492-494, 497-504, 506-508, 511-512, 515-519, 523-529, 531, 534, 536-538, 547-549, 552-557, 559, 561-563, 565-576, 578, 580-581; 583-585, 587-589; 595-602, 611-614, 619-621, 622, 624, 649-651, 837-840; *idem*, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Porto, Editorial Franciscana, 1966-1982, pp. XVI; vol. II, pp. CXXV-CXXVI, CCLV, CCLX-II, p. 121, vol. III/1, pp. 165, 169, 303-304; 356, 406-407, 495, 502, 504-510, 514, 537, 543-545, 545-547, 567, 598-600, 604, 613-9, 786-790, 854-855, 863-864, vol. III/2, pp. 522-3, 598-599, 626; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, INIC-Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 348, 352-353, 365, 382.

Nome	Estudos	Carreira eclesiástica	Oficialato régio, episcopal ou apostólico	Solidariedades/relações familiares/outras
João Domingues de Portugal				Membro do colégio de S. Clemente de Bolonha (1369)
Rui Lourenço de Tavira (†c. 1401-1403)	Bach. Leis e Lic. Artes (ant. 1365.9.17) Aluno e tesoureiro colégio Gregoriano Bolonha (1373) Lic. D. Can. (1376.4.2)	Raç. Sta. Maria de Tavira; <i>cón. prebendado Silves (1365)</i> ; deão Silves (1365-1378); <i>cón. Coimbra (1378-1398)</i> ; deão Coimbra (1378-1401); <i>cón. Lisboa (1398)</i>	Embaixador a Castela (1379-1380, 1393-1394, 1398-1399); <i>conselheiro do rei (1386)</i> ; desembargador (1386, 1390-1401); comensal do rei (1398)	Originário do Algarve; ouvido sobre a obediência ao papa de Avinhão (1382) ou Fev. 1383
Gomes Eanes	Esc. D. Civ. (1376) Mestre Artes (1380)	Solicita o canonicato prebendado Lisboa (1380)		Originário de Lisboa; irmão de Estêvão Eanes; Martinho Afonso diz conhecê-lo (1376); registado no rol do colégio de S. Clemente de Bolonha (1380)
Estêvão Eanes	Esc. D. Civ. (1376) Provento D. Civ. (1380)	Solicita razão Sta. Maria Santarém (1380)		Originário de Lisboa; irmão de Gomes Eanes; Martinho Afonso diz conhecê-lo (1376); registado no rol do colégio de S. Clemente de Bolonha (1380)
João Afonso das Regras	Lic. D. Civ. (Antes 1378.10.6) Dout. D. Civ. (1378.10.14)	Prior Guimarães (1383-1388)	Chanceler-mor (1384-1386); conselheiro do rei (1384-†1404)	Originário de Lisboa; filho provável de João Afonso das Regras, oligarca de Lisboa; ouvido sobre a obediência ao papa de Avinhão (1382); Protetor da U. Lisboa (1400)
Martinho Afonso da Charneca	Est. D. Civ. (1376) Lic. D. Civ. (1382.7.4) Dout. D. Civ. (1382.7.7)	Bispo Coimbra (1386-1398); arcebispo Braga (1398-†1416)	Conselheiro do rei (1384-1392)	Originário de Lisboa; filho de Afonso Peres, oficial régio; professor da U. Lisboa (1384)
Nicolau de Lisboa	Dout. PAVIA (1391)			
Martinho Gil do Sem	Esc. D. Civ. (1391-1392) Lic. D. Civ. PAVIA (1398.8.25) Dout. D. Civ. PAVIA (1398)		Embaixador do rei a Inglaterra (1400) e a Castela (1402 e 1411)	Morador em Bolonha na <i>capella</i> de S. Martinho de Sanctis (1391); diz conhecer Gil Alma e João Peres (1392); o seu filho João Pereira é estudante em Bolonha na década de 1440.
Fernando	Esc. D. Civ. (1391)			Ingressou no colégio de S. Clemente de Bolonha (1392)
Gil Fernandes da Alma	Esc. D. Can. (1392-1394)	Reitor Sta. Eulália de Oliveira (d. Porto) (1390); deão Silves (1397-1398); bispo Porto (1398-1407); bispo Coimbra (1407-†c.1417)		Originário de Lisboa; Martinho Gil do Sem diz conhecê-lo (1392); ele conhece Gomes Álvares (1394); testemunha procuração de João Peres (1397); João Peres paga-lhe taxa na Câmara Apostólica (1398); conferiu arcediogo Seia a Fernão Gonçalves Beleáguia (1408); está em Viterbo (1405) e em Lucca (1408); faz seu testamenteiro Fernando Gonçalves Beleáguia (1415)
João Peres	Esc. D. Can. (1392-1397)	<i>Cón. prebendado Braga (1390-1396-1398)</i> ; <i>cón. e reserva prebenda Lisboa e Évora (1396-1397)</i> ; <i>igr. par. Senhorinha de Basto (1396)</i> ; <i>igr. par. Sto. André de Telões (1396)</i> ; <i>raç. Sta. Maria Faro (1396-1397)</i> ; deão Lisboa (1398-1400); <i>cón. Lisboa (1398-1400)</i> ; <i>cón. Coimbra (1398)</i>		Martinho Gil do Sem diz conhecê-lo (1392); procurador na Cúria Romana de D. Gil de Alma (1398)
Gonçalo Vasques da Cunha	Esc. (1393-1399)	Prior Guimarães (1390-1395); bispo Guarda (1395-1418)		Nasceu por volta de 1367; filho do cavaleiro Vasco Martins da Cunha
Gomes Álvares	Esc. D. Civ. (1394)			Filho de Álvaro Martins de Lisboa (1394); Gil Fernandes de Alma diz conhecê-lo (1394); morador em Bolonha na <i>capella</i> de Sto. André de Ansaldis (1394)

[continua na página seguinte]

Nome	Estudos	Carreira eclesiástica	Oficialato régio, episcopal ou apostólico	Solidariedades/relações familiares/outros
Martinho Gil	Prov. D. Civ. U. Lisboa? (1374) Lic. D. Can. PAVIA (1395.1.16) Dout. D. Can. PAVIA (1395.2.24)	Reitor S. Cristóvão Refóios (1374-antes 1381); cón. e reserva prebenda Porto (1374); monge de S. Pedro de Cete (1381); abade de Paço de Sousa (1381-1387); bispo Porto (1390); bispo Silves (1391-1404); bispo Évora (1404-1406); bispo Silves (1406-?c. 1409)		
João Álvares	Estudava fora do reino pelo menos desde 1396. Esc. D. Civ. (1403-1408) Lic. D. Civ. (1408.3.28) Dout. C. Can. (1409.3.26)	Abade de S. Salvador Lousada (1402-1403); prior S. Pedro Óbidos (1403-1405); deão Viseu (1408); cón. Coimbra (1414); cón. Porto (1414); cón. Lisboa (1414); bispo Silves (1414)		Tinha 22 em 1401-1402. Filho de Álvaro Gonçalves, chanceler-mor do rei e irmão de Diogo Álvares; clérigo d. Lisboa (1402); clérigo de ordens menores (1414); faz seus procuradores Luis Pilote, prior S. Salvador de Beja, para permuta com Brás Afonso (1402); mora na <i>capella</i> bolonhesa de S. João do Monte (1403); testemunha execução benéfical em favor de Lopo Martins do Carvalhal (1403); faz procuradores Álvaro Gonçalves, seu pai e chanceler-mor; Diogo Álvares, seu irmão para gerir benefícios (1403); nomeia como procurador Brás Afonso (1404); procurador de Brás Afonso (1404); fiador do doutor Lançarote Esteves (1405); nomeia como procuradores Silvestre Esteves, cón. Lisboa, João Eanes de Frandas, cón. Coimbra e João Peres, chantre da colegiada de Santarém para aceitar e litígios de benefícios (1405); testemunha procuração de Fernão Gonçalves Beleáua (1405); testemunha procuração de Lopo Martins (1406); morador na freguesia de Sta. Tecla em Bolonha, testemunha procuração de Afonso Rodrigues de Lisboa e de Lourenço Fogaça de Lisboa (1406); testemunha execução benéfical em favor de Fernando Peres da Guerra (1408); morador na freguesia bolonhesa de S. João do Monte (1408); executa provimento benéfical em favor de Fernando Gonçalves Beleáua (1408); testemunha procuração de Fernando Peres da Guerra (1408); faz procurador na Cúria romana João Gonçalves, reitor de S. Leonardo da Atougia e Fernando Afonso de Portugal (1414)
Álvaro Afonso	Esc. D. (1397-1398)	Cón. Lisboa (1405-1415); cón. Coimbra (antes 1401); deão Coimbra (1402-1415); reitor S. Martinho Santarém (1419); reitor S. Pedro Arrifana (1411); raç. Sto. André Lisboa (1411); nomeado bispo Porto (1413); bispo Évora (1414-1416/17)	Vigário-geral do arcebispo Lisboa (1409-1414); notário apostólico (1414)	Nascido em 1386; Clérigo d. Coimbra (1398); sobrinho do cardeal D. João Afonso de Azambuja; faz seus procuradores João Vasques, Gil Vasques, reitor de Sta. Marinha de Palmaz, d. Coimbra e João Lourenço Abiul (1398); representa na Cúria João Rodrigues, raçoeiro de Sto. André Lisboa e Diogo Álvares, arcebispo Lisboa (1415)
Pedro Eanes Vieira	Lic. D. Can. (1397.2.3) Doutor em Decretos	Cón. Viseu (1389); obtém o canonicato prebendado Lisboa (1389) chantre Viseu (1402-1427)	Obtém benefício a pedido do rei (1389)	Reitor dos estudantes ultramontanos em Bolonha (1397); em conflito por empréstimo de dinheiro com Gil Vasques, reitor de Sta. Maria de Palmaz (1398); chanceler da cidade de Bolonha pede subsídio ao rei de Portugal em seu favor para doutoramento (1397)
Lopo Afonso	Esc. D. Can. (1397) Esc. D. Civ. (1402) Bach. D. Civ. (1408) Lic. D. Civ. (1408.9.10) Esc. D. Can. PÁDUA (1409)	Obtém benefício à colação do provedor do Hospital de S. Clemente e Sto. Elói de Lisboa ou do vigário de S. Julião de Lisboa (1397); raç. S. Vicente Abrantes (1397); raç. Sta. Maria Madalena de Lisboa (1404);	Procurador da Audiência das Letras contraditas na Cúria Romana (1404-1406)	Clérigo d. Coimbra (1397); testemunha execução benéfical em favor de Lopo Martins e procuração de Gil Vasques de Portugal (1402); procurador na Cúria romana de Brás Afonso (1404); testemunha documento referente ao professor Bartolomeu de Saliceto (1404); procurador de Gil Vasques de Elvas (1406); leitor dos volumes dos <i>Codices</i> na U. Bolonha (1407-1408); morador em Pádua (1409); procurador de João Afonso de Portugal para o representar em Bolonha (1409); procurador de Brás Afonso (1409); morador em Pádua, deve dinheiro a João Afonso, cón. de Lisboa (1411)

[continua na página seguinte]

Nome	Estudos	Carreira eclesiástica	Oficialato régio, episcopal ou apostólico	Solidariedades/relações familiares/outros
Gil Martins	Lic. D. Civ. (1398.9.17) Dout. D. Civil (1398.10.2) Perito D. Can.		Desembargador (1408-1421); chanceler (1421-1432); embaixador a Constança (1414-1418)	Originário de Lisboa; filho de Martim Lourenço, mercador e de Margarida Esteves, moradora em Lisboa na freguesia da Madalena, sepultados na sua capela no mosteiro de Sto. Agostinho de Lisboa; casado com Leonor Pereira (1408), irmão do doutor Diogo Martins; sobrinho de Margarida Esteves, casada com Fernão de Alma; clérigo de ordens menores, casara-se e participara em guerras durante uma década. Com a morte da mulher, queria abraçar o serviço de Deus (1429)
Gomes Martins	Esc. D. Civ. (1398)	<i>Clérigo d. Évora (1401); colado em S. Salvador de Arraiolos (1401)</i>	<i>Juiz dos feitos do rei (1407)?</i>	Clérigo de Lisboa (1403); procurador de Gil Vasques, reitor de Sta. Marinha de Palmaz (1398); conflito com Brás Afonso sobre quartanária de Lisboa (1403); procurador de Lopo Afonso (1404)
Afonso Martins	<i>Esc. (1399)</i>	Vigário Sta. Maria Loures (1399-antes 1404)		Alugou livros e bens de Lançarote Esteves (1399)
Silvestre Esteves	Esc. D. Civ. (1399-1402)	Clérigo de ordens menores (1402) cón. Lisboa (1405-1428)	Juiz do Cabido de Lisboa (1402-1407)	Filho de Silvestre Esteves, tabelião do rei (1368-1383) e contador régio (1384-1413); testemunhou aluguer de livros a Gonçalo, bispo de Guarda e a Afonso Martins (1399)
Lançarote Esteves	Esc. Lógica U. Lisboa (c. 1380) Esc. D. Civ. (1399-1403) Lic. D. Civ. (1404.5.6) Doutor (1405)	Clérigo Lisboa (c. 1380); meio-cón. Lisboa (pedido c. 1380...1399)	Escrivão do Mestre de Avis (1384-1390); escrivão da Câmara do rei (1395); notário público em todo o reino de Portugal (1395); vassalo do rei (1394); secretário do rei (1404); oficial da Relação na lista dos moradores (1405); criado do rei (1406); embaixador régio ao Concílio de Pisa (1409); embaixador do rei à Sicília (1412); desembargador (c. 1408-1421); conde palatino (1411)	Originário da freguesia de S. João de Lisboa e filho de Estêvão de Portugal; cidadão de Lisboa (1403); Reitor da U. Lisboa (c. 1394); aluga livros a Gonçalo, bispo de Guarda e a Afonso Martins (1399); testemunha procações de Afonso Rodrigues e de João Álvares em Bolonha e permuta benéfical (1402); testemunha execução de bula em favor de Lopo Martins (1403); obtém a administração do hospital dos Meninos pobres de Lisboa (1403); Lopo Martins do Carvalho e João Álvares ficaram seus fiadores (1405); Professor de Leis na U. Lisboa (1406); são-lhe retirados bens em 1417, provavelmente relacionados com a sua estada em Bolonha
Pedro de Portugal	Lic. e Dout. D. Can. (1401.5.11)			
Tiago Eanes	Lic. (1401.3.30) Dout. (1402.3.18) Esc. Medicina (1402.6.27)			Testemunha procação de Afonso Rodrigues de Lisboa (1402)
Diogo Martins	Lic. D. Civ. (1401.3.30) Dout. D. Civ. (1401.3.18)	<i>Cón. Coimbra (1415)</i>	Desembargador do rei (1407-1429); embaixador ao Concílio de Pisa (1409)	Originário de Lisboa; filho de Martim Lourenço, mercador e de Margarida Esteves, moradora em Lisboa na freguesia da Madalena, sepultados na sua capela no mosteiro de Sto. Agostinho de Lisboa; casado com Leonor Pereira (1408), irmão do doutor Gil Martins; sobrinho de Margarida Esteves, casada com Fernão de Alma;
Gil Vasques de Elvas/ Lobeira	Esc. D. Civ. (1402-1404) Bach. D. Can. (1405-1417) Est. D. Can. (1403-1408,...) Físico (1417)	Quartanário Lisboa (1402); rac, Sta. Maria Leiria (1402); rac, S. João Beja (1404-1408); obtém benefício à colação do arcebispo Lisboa e bispo Évora (1408); <i>disputa o meio-canonizado Lisboa (1417); solicita igr. Elvas (1417); solicita a igr. Sta. Maria Monte Agraço (1418)</i>		Clérigo d. Évora (1405-1406); Nomeia como procurador João Lourenço de Abiul (1402); testemunha procação de Lopo Martins (1402); testemunha execução benéfical em favor de Lopo Martins (1402); faz seu procurador João Lourenço de Abiul na Câmara Apostólica (1402); procurador de Lopo Martins do Carvalho (1404); testemunha procação de Brás Afonso (1404); faz seu procurador Lopo Afonso para o representar em conflito contra Pedro Martins sobre quartanária de Lisboa (1406); <i>presente no Concílio de Constança (1415-1418)</i>

[continua na página seguinte]

Nome	Estudos	Carreira eclesiástica	Oficialato régio, episcopal ou apostólico	Solidariedades/relações familiares/outros
Fernando Gonçalves Beleáguas	<i>Esc. (1397)</i> Esc. D. Can. (1402-1406) Reitor de S. Clemente de Bolonha (1401-1402) Prov. em ambos os direitos (1408) Dout. D. Can. (1408.5.11) Perito D. Civ. (1408)	Indulto para não receber ordens durante 7 anos (1401); arcediogo Seia (1401-1405); cón. Coimbra (1402-1408...); chanfre Coimbra (1408-1426); postulado para bispo Lisboa (1423); deão Coimbra (1426-1438)		Mulher e filhos que foram de Beliahoa em doc. do Porto (1394); testemunha colação de benefício a Ascenso Esteves (1397) e documento de João Peres (1397); testemunha procuração de Lopo Martins (1402); executa graça em favor de Lopo Martins (1402); testemunha procuração de Afonso Rodrigues (1402); executor apostólico de benefícios em favor de Lopo Martins (1403); testemunha procuração de João Álvares (1403); faz seu procurador Brás Afonso para o representar na Cúria Romana (1405); testemunha procurações de Gil Vasques de Elvas, de Afonso Rodrigues de Lisboa e de Lourenço Fogaça (1406); executa letras apostólicas em favor de Fernando Peres da Guerra (1408); João Álvares executa a colação do chanfre de Coimbra em seu favor (1408)
Lopo Martins do Carvalhal	Esc. D. Can. (1402-1406) Estudou ambos os direitos durante 6 anos e quer continuar a estudar (1408.3.11)	Obtém autorização para pluralidade beneficial (1402); provimento no canonicato e reserva prebenda Lisboa (2.1.1403); arcediogo Évora (1403); indulto para não receber ordens sacras durante 7 anos (1408)	<i>Desembargador da Casa do Cível (1429)?</i>	Nobre clérigo d. Guarda (1402); clérigo d. Guarda (1402-1403); filho de Martin Gonçalves do Carvalhal e sobrinho do Condestável D. Nuno Álvares Pereira; Fernando Gonçalves Beleáguas executa vários provimentos beneficiais em seu favor (1403); faz seus procuradores o seu pai Martin Gonçalves, Vasco Eanes, cón. Lisboa; António Martins, mercador de Lisboa, Afonso Gonçalves, cón. Évora, Afonso Peres, cón. Évora e Pedro Eanes, cón. Silves (1403); faz seus procuradores Gil Vasques Elvas, presente e Martin Afonso de Elvas, para o representarem na Cúria Romana (1404); faz seus procuradores Bartolomeu Eusebi de Buroncio, doutor em Decretos e Gil Eanes de Portugal, para obtenção de empréstimo (1404); fiador de Lançarote Esteves (1405); procurador de Gil Vasques de Portugal (1406)
Gomes Pais	Esc. D. Can. (1402-1409) Lic. D. Can. (1414.1.30) Dout. D. Can. (1414.2.15) . Designado posteriormente sempre como licenciado.	Quartanário Lisboa (1402-1432); obtém benefícios dependentes dos cabidos de Lisboa ou Évora, a pedido de Landoldo Maramaldo, cardeal de S. Nicolau in Carcere (1404); vigário de S. Martinho Sintra (1416-1418); solicita a vigaria Sta. Maria Lisboa (1418); provimento como cón. Coimbra (1432); tesoureiro Coimbra (1432); ig. Sta. Maria de Samuel, d. Coimbra (1432); raç. S. Tomé Lisboa (1432); raç. Sta. Maria Sintra (1432); raç. Sta. Maria Lourinhã (1432); Sta. Maria Óbidos (1432); Sta. Maria da Várzea Alenquer (1432); raç. Santiago Évora (1432); apresentado pelo rei a Sta. Justa Lisboa (1441); cón. Lisboa (1448)	Ouvidor de D. João, arcebispo de Lisboa (1414); vigário-geral a sé em vacatura (1416-1418); oficial da Sé de Lisboa (1426, 1429); capelão-mor do infante D. Pedro (1432)	Apresentado pelo cabido de Lisboa ao colégio de S. Clemente de Bolonha (1402); testemunha execução de letras apostólicas em favor de Lopo Martins (1403); representado por Brás Afonso em pleito por acesso ao colégio de S. Clemente (1403); procurador de Brás Afonso em pleito contra Gomes Martins (1403); membro do colégio de S. Clemente de Bolonha (1404-1408); procurador de Brás Afonso (1409); reitor do colégio de S. Clemente (1410-1411) e conselheiro do mesmo (1412-1413); procurador do cabido de Lisboa às Cortes (1418); Procurador de Vasco Rodrigues (1418); juiz comissário do cabido de Lisboa (1419); professor na U. Lisboa (1430-1431, 1443)
João Gonçalves	Esc. Artes (1402) Esc. D. Civ. (1408-1415) Esc. D. Can. (1408-1409)	Reitor S. Leonardo Atoguia (1408-1414, 1419)	Vigário-geral a Sé de Lisboa em vacatura (1440)	Originário d. Braga (1408); presbítero (1409); testemunha execução de letras apostólicas em favor de Lopo Martins e procuração do mesmo (1402); testemunha no processo do morgadio de Góis (1408); testemunha execução de letras apostólicas em favor de Fernando da Guerra e colação de benefício a Fernando Gonçalves Beleáguas (1408); testemunha procuração de Fernando da Guerra (1408); nomeia como procurador na Cúria Romana Vasco Esteves, cón. Silves (1408); testemunha procuração de Brás de Portugal (1409); nomeia como procurador Lourenço Esteves de Ourique (1413); representa na Câmara Apostólica João Álvares (1414); testemunha ratificação de Fernando Martins (1415); morador em Bolonha na <i>capella</i> de S. Cristóvão de Saragoça (1419); priva Lourenço Esteves da sua razão em S. Leonardo Atoguia (1419)

[continua na página seguinte]

Nome	Estudos	Carreira eclesiástica	Oficialato régio, episcopal ou apostólico	Solidariedades/relações familiares/outras
Brás Afonso	Esc. D. Civ. (1403) Esc. D. Can. (1404-1408) Lic. D. Can. (1409.3.9) Dout. D. Can. (1409.3.26)	Raç. S. Jorge Lisboa (1402-1404); prior S. Salvador Lousada (1404-1408); renúncia à ração de S. Tomé Lisboa (1406)	Embaixador de D. Afonso V ao imperador; escrivão da puridade do arcebispo Braga Fernando da Guerra (1439)	Originário de Lisboa; procurador de Gomes Pais (1403); testemunha execução de letras apostólicas em favor de Lopo Martins (1403); nomeia procuradores Luis Pilot, prior S. Salvador Beja (1403-1404); Gomes Pais, quartanário Lisboa em processo contra Gomes Martins (1403); procurador de João Álvares (1404); morador em Bolonha na <i>capella</i> S. João do Monte (1404); nomeia procurador João Álvares para permuta e Câmara Apostólica e ratifica o fez os seus procuradores Lopo Afonso e Álvaro Gonçalves, chanceler-mor (1404); procurador de Fernão Gonçalves de Beléguia (1405); testemunha procuração de João Álvares (1406); testemunha execuções beneficiais em favor de Fernando da Guerra e de Fernando Gonçalves Beléguia (1408); testemunha procuração de Fernando da Guerra (1408); nomeia procuradores Lopo Afonso de Portugal, Gomes Pais para pedir dinheiro (1409); procurador de Vasco Rodrigues (1418)
Pedro de Portugal	Dout. em PAVIA (1406)			
Afonso Rodrigues	Esc. D. Can. (1402) Esc. D. Civ. (1406-1408) Esc. D. Can. PÁDUA (1411) Esc. D. Civ. PÁDUA (1414) Dout. D. Civ. PÁDUA (1417.3.24) Estudava em Pádua com Gasparino de Barzizza (1418)	<i>Obtém a pluralidade de benefícios nas d. Évora, Coimbra e Lisboa (1402);</i> meio-cón. Lisboa (1408); cón. Lisboa (1418-1433/4); solicita a igr. par. Martinho do Campo, d. Braga (1424) e a igr. par. S. Vicente Abrantes (1427); reitor S. Martinho do Campo (1428); solicita o chantrado Lisboa (1428); solicita as igr. S. Pedro Sintra e Santiago Beja (1429); arceidiago Lisboa (1428-c. 1443); solicita a igr. Sto. Estêvão Lisboa (1434-1435)	<i>Familiar do papa Bonifácio IX (1402);</i> juiz do cabido Lisboa (1408); vigário e desembargador da Relação do arcebispo D. Pedro (1431); o rei solicita ao papa a sua nomeação como administrador-geral dos hospitais da diocese e cidade de Lisboa (1432)	Originário de Lisboa; neto de Catarina Eanes, filho de Rui Garcia; irmão de Vasco Rodrigues; testemunha procuração de Gil Vasques de Portugal (1406); nomeia como procuradores Garcia, cón. Lisboa, o seu pai Rui Garcia, para apresentarem letras apostólicas, receberem benefícios e instruírem processos (1406); testemunha ato notarial de Rainaldo (1407); morador na <i>capella</i> S. Tomé de Braina (1407); testemunha execução letras apostólicas em favor de Fernando da Guerra (1408); testemunha procuração de Fernando da Guerra (1408); assiste em Pádua à licenciatura em D. Civ. de Jorge de Sena (1411); em Pádua, diz conhecer Fernando Martins Coutinho, e testemunha execução beneficinal em seu favor (1414); destinatário de carta do famoso humanista Nicolau Niccoli (1414); carta do humanista Gasparino de Barzizza refere-o (1415); referido em carta do humanista Guarino de Verona (1418); assina estatuto da U. Lisboa (1431)
Fernando Álvares		Meio-cón. Silves (1414)		Procurador de Fernando da Guerra para administrar os seus bens (1408); está em Pádua em 1408; promulga sentença em Pádua (1414)
Fernando da Guerra	Esc. D. Civ. (1408) Esc. D. Can. PÁDUA (1411)	Provimto no mestre-escolado Lisboa (1408); bispo Silves (1409-1414); bispo Porto (1414-1416); arcebispo Braga (1416-1464)	O rei confia-lhe o governo e defesa das terras da comarca de Entre-Douro-e-Minho (1415)	Provimto no mestre-escolado executado por Fernando Gonçalves Beléguia (1408); nomeia seus procuradores Diogo Rodrigues e Pedro Eanes de Portugal (ausentes) e Fernando Álvares (presente), para administrar seus bens (1408); testemunha procurador de João Gonçalves (1408); reside em Pádua na <i>contrata</i> Sta. Cecília (1411); nomeia como procurador Lariorum de Lipaciis de Barso de Florença sobre câmbio (1411); testemunha admissão de Gil Martins no colégio de S. Clemente de Bolonha e no doutoramento de Fr. Manuel Lourenço no convento dominicano de Bolonha (1414); pede para receber procurações para pagar dívidas contraídas durante os seus estudos em Bolonha e Pádua (1420); o seu aluno Álvaro Martins, reitor de S. Martinho de Cedofeita e bach. D. Civ., faz testamento em Siena (1427)
André de Portugal	Esc. D. Can. (1408)			Originário da d. Coimbra (1408); testemunha documentos do colégio de S. Clemente de Bolonha (1403-1404); testemunha no processo sobre o morgadio de Góis (1408); capelão do colégio de S. Clemente (1411); testemunha a admissão de Gil Martins de Sevilha (1413)
Lourenço Esteves de Ourique	Esc. D. Civ. (1408) Bach. D. Civ. (1413) Lic. D. Civ. (1417.5.15) Dout. D. Civ. (1417.8.16)	Reitor de S. Leonardo Atoguia (1413); raç. S. Leonardo Atoguia (1419); privado desse benefício em 1419	Juiz secular na cidade de Génova (1419)	Procurador de João Gonçalves, reitor de S. Leonardo Atoguia, para o representar no seu benefício (1413)

[continua na página seguinte]

Nome	Estudos	Carreira eclesiástica	Oficialato régio, episcopal ou apostólico	Solidariedades/relações familiares/outros
João Afonso I	Esc. D. Can. PÁDUA (1409) Lic. D. Civ. PÁDUA (1411) Lic. D. Can. (1413.9.1) Estudou alguns cursos académicos depois da licenciatura em Bolonha (1418)	Cón. Porto (1409-1420); vigário de D. Fernando da Guerra, bispo Porto (1417); eleito como deão Porto pelo cabido e confirmado pelo eleito D. João (1418); igr. par. S. Mamede, d. Porto (até 1418); pede igr. par. S. Cosme, d. Porto (1421); raç. Sta. Maria Leiria (1421)		Morador em Pádua na rua de S. Firmo (1411); tem créditos de Lopo Afonso de Portugal; a sua igreja de S. Mamede é pedida por Fernando Gonçalves, cón. Braga (1418); em competição com Mestre Lourenço Fogaça pelo deão Porto (1422); procurador do cabido Porto (1423)
Fernando Martins Coutinho	Esc. D. Can. PÁDUA (1410-1411) Esc. D. Can. (1412-1413) Esc. D. Can. PÁDUA (1414) Esc. D. Can. (1415-1417)	Cón. Lamego (1409); obtém benefício com cura de almas (1409); <i>canonicato expectativa Lisboa e Évora (1410-1411)</i> ; reitor S. Tomé Lisboa (1414-1415); reserva deão Viseu (1414); reitor S. Salvador de Bouças (1414); deão Viseu (1417); pede confirmação canonicatos de Lisboa e Évora (1417); bispo Coimbra (1418-1429)	Obtém provimentos em benefícios a pedido do rei e rainha de Portugal (1410)	Em 1411 tem 20 anos; sobrinho de Gonçalo Vasques Coutinho, marechal do rei D. João I, que intercede para a obtenção do bispado de Coimbra (1418); morador em Bolonha, na sua casa vivia Gomes Fernandes de Portugal (1414); testemunha procuração de João Gonçalves (1413); morador em Bolonha na <i>capella</i> de S. Donato (1415); nomeia como procurador Lopo Gonçalves, cón. Lamego, no processo com a U. Lisboa (1415); nomeia seu procurador João Afonso, abade S. Bartolomeu de Paredes, para pagamentos na Câmara Apostólica (1418)
Gomes de Portugal	Esc. PÁDUA (1411-1413)			Convidado em 1411 para vir estudar em Bolonha; Lopo Vasques da Cunha obriga-se a pagar-lhe o empréstimo para as despesas do seu estudo e outras (1413)
Estêvão Afonso	Esc. D. Can. U. Lisboa (1404-1407) Esc. Teologia U. Lisboa (1404) Lic. D. Can. (1411.4.2) Dout. D. Can. (1411.4.13)	Raç. Santiago Coimbra (1404); graça de aceder a benefícios eclesiásticos (1404); arcebispo Santarém (1411-1444, 1448); obtém a pluralidade benefical (1411); cón. Lisboa (1420-1442); graça de benefício incompatível (1423); arcebispo Lisboa (1444)	Ouvidor do arcebispo D. João (1405); ouvidor-geral do arcebispo Lisboa. D. João (1407-1408); visitador do arcebispo de Lisboa (1408); vigário-geral de Lisboa (1412-1415); juiz dos feitos do cabido de Lisboa (1420); chanceler do infante D. Pedro (1423); vigário-geral a sé em vacatura (1440-1442); chanceler, familiar e doméstico do infante D. Pedro (1423); Conselheiro do rei D. Afonso V (1440)	Filho de sacerdote e melhor solteira (1404); viajou com o infante D. Pedro pela Cristandade (1425-1428); assinou Estatuto da U. Lisboa (1431)
Pedro Eanes	Esc. (1412-1414)			Originário d. Coimbra. Na companhia de Afonso Domingues de Portugal, cozinheiro de D. Fernando da Guerra, foi agredido em junho 1412, em Bolonha.
Vasco Domingues	Esc. D. Can. (1412-1414) Bach. D. Can. (1419)	Reitor S. Miguel da Foz do Arouce (1417); igr. S. Salvador de Galegos (1419)		Presbítero de Coimbra (1414); procurador de Sta. Clara Coimbra na Cúria (1406); esteve no Concílio de Constança (1417); testemunha privação de Lourenço de Portugal (1419)
Fernando Lourenço	Esc. D. Can. (1413)			Testemunha procuração de João Gonçalves (1413)

[continua na página seguinte]

Nome	Estudos	Carreira eclesiástica	Oficialato régio, episcopal ou apostólico	Solidariedades/relações familiares/outras
Lopo Vasques da Cunha	Esc. D. Civ. PÁDUA (1413) Esc. (1414)	Recebe comenda do mosteiro de Rendufe (1414-1415); reitor de Sta. Maria Lourinhã (1415); postulado bispo Tui (1415); provimento apostólico no arceidiágo de Barroso na Sé Braga (1427); postulado bispo Guarda (1427); suplica o deado Braga (1427)	Acólito papal (1414-1429); familiar do papa (1429)	Filho de Vasco Martins da Cunha; diácono (1429); morador em Pádua na <i>contrata burgi Zucchi</i> obriga-se a pagar 59 ducados de ouro a Gomes de Portugal, para pagamento do empréstimo para as despesas do seu estudo e outras (1413); encontrava-se a caminho de Itália por causa do bispado de Coimbra (1427); obriga-se em nome de Gonçalo Peres, pela anata de S. Martinho de Mancelos (1427)
Vasco Rodrigues	Esc. PÁDUA (1413-1414) Leitor do <i>Esforçado</i> na U. Bolonha (1418-1419) Esc. D. Civ. (1418-1419) Lic. D. Civ. (1421.10.29) Dout. D. Civ. (1424) Dout. D. Can. (1442)	Deão Lisboa (1429); renuncia ao arceidiágo de Barroso (1430); solicita a capela de Sta. Maria Azinhoso (1441)	Advogado consistorial (1437-1441)	Filho de Rui Garcia de Lisboa e irmão de Afonso Rodrigues; comensal de Fernando da Guerra em Pádua (1411); assiste ao doutoramento em Pádua de António de Natari Rainerio de Catania (1413); carta de Gaspar de Perusa em que diz que ele quer ir para a ilha de Rhodes e tornar-se Hospitalário, pelo que encarregava-o de vender um códice <i>Inforciato</i> (1413?); nomeia seus procuradores o seu pai Rui Garcia, Brás Afonso; Gomes de Portugal e Álvaro Vasques, para aceitarem benefícios (1418); promete pagar 30 florins de ouro a João de Anega, mercador de Lisboa, nessa cidade, Bolonha, Florença, Pisa ou outros locais (1419); procurador do seu irmão Afonso Rodrigues na Câmara Apostólica (1424 e 1429); morreu no mosteiro de Sta. Brigida do Paraíso de Florença (1457)
Lourenço Fogaça	Mestre Medicina (1413) Doutor Medicina (1418)	Reitor Sta. Maria Odemira (1406-1418), com mais dois benefícios (1413); D. João I suplica em seu favor o deado, o canonicato e prebenda Porto (1418) e a pluralidade de benefícios (1423); deão Porto (1423-1433); cón. Porto (1433); cón. Lisboa (1433-1444); reitor S. João Beja (1433-antes 1448)	Familiar de D. João (1418-1423); físico do rei (1423-1433, 1449); antigo médico de D. João I (1434, 1439)	Originário de Lisboa e filho de Mestre João Fogaça de Lisboa (1404); ilegítimo e padece de defeito na vista esquerda desde menino (1413); testemunha ratificação de Brás Afonso (1404); nomeia como testamenteiros Álvaro Gonçalves, chanceler-mor para gerir rendimentos (1406); morador em Pádua (1409); em competição com João Afonso I pelo deado de Lisboa (1422); obtém renda de casa na Rua Nova de Lisboa (1434-1439)
Rodrigo Dias	Esc. PÁDUA (1414)	Cón. Braga (1418); arceidiágo de Barroso (1424); cón. prebendado Porto (1426); solicita os deados de Lisboa e Braga (1427-1429); deão Braga (1427-1437); solicita raç. Sta. Cruz Lisboa (1440); eleito bispo Silves (1441)	Coletor apostólico (1424); cubiculario apostólico (1436)	Em Pádua, diz conhecer Fernando Martins Coutinho (1414); procurador de Fernando da Guerra na Câmara Apostólica (1418). Fugiu de Portugal para a Cúria Romana em 1424
João Eanes/ de Portugal	Esc. Medicina (1415); Esc. de Teologia (1423) Dout. Medicina (1425)	Reitor S. Miguel de Montemor-o-Velho (1417); solicita o mestre-escolado Lisboa (1417); deão Coimbra (1423)	Médico e familiar do infante D. Pedro (1417, 1425)	Testemunha documentos do colégio de S. Clemente de Bolonha (1404, 1406)
Martinho Afonso	Esc. Medicina (c. 1420-1427)			Sobrinho de Gil Eanes; os bens que tinha recebido por morte de seu pai danificavam-se (1427); o seu tio Fernão Fogaça tinha obtido em seu favor do rei a igreja de Odemira (1427)

[continua na página seguinte]

Nome	Estudos	Carreira eclesiástica	Oficialato régio, episcopal ou apostólico	Solidariedades/relações familiares/outros
João Afonso II	Esc. D. Can. (1421) Esc. Estudo CÚRIA (1425)	Abade de S. Bartolomeu de Paredes (1415-1422); cón. Coimbra (1422); deão Coimbra (1426); chantre Coimbra (1426-1440); está a par do Colégio de Espanha em Bolonha, numa igreja que chamam Sta. Maria de Muratelo (1426)		Ilegítimo (1421); procurador de Fernando Martins de Portugal, reitor de S. Tomé Lisboa (1415); paga pessoalmente na Câmara Apostólica a anata do can. Coimbra (1422) e do deado Coimbra (1426); ia à Cúria Romana pagar a anata por Fernando Gonçalves Beleáguas pelo deado Coimbra e iria voltar depois para Portugal (1427); está em Coimbra em 1428; na Cúria Romana em 1430; em Portugal entre 1431 e 1440; executor testamentário de Fernando Martins Coutinho, bispo Coimbra; faleceu na Cúria Romana em 1440/1441.
João Beleáguas	Esc. D. Civ. (1427) Esc. D. Civ. SIENA (1429) Dout. D. Civ. (1434) Bach. D. Can. (1434)	Obtém isenção durante 7 anos para receber as ordens sacras (1427); reitor de S. Pedro Avelãs (1427); solicita a igr. S. Pedro de Ferreira (1429); deão Guarda (1434-1437)		
João do Sem	Esc. (1427) Esc. SIENA (1428)		Tesoureiro-mor do rei (1438); conselheiro do rei (1438-†1442); embaixador a Inglaterra (c. 1438); chanceler-mor do rei (1439-†1442)	Clérigo da d. Lisboa (1425); sobrinho do doutor Martinho do Sem (1427); recebeu os livros do seu tio Martinho do Sem (1438)
Pedro Esteves	Esc. LISBOA e SALAMANCA (durante 8 anos antes 1436) Bach. D. Civ. (1431) Esc. D. Civ. e Can. (1436) Dout. D. Civ. SIENA (1439)		Ouvidor e criado do Duque de Bragança (1450); conselheiro do rei (1462-1463)	Clérigo d. Braga (1436); o seu filho Martin Gomes obtém uma bolsa de estudo do rei (1453-1466)
Vasco Fernandes de Lucena	Esc. FLORENÇA (1431)		Embaixador régio ao Concílio de Basileia (1436); conselheiro do rei (1455)	Reitor do Estudo de Florença (1431); professor de D. Civ. na U. Bolonha (1438)

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Lisboa, Arquivo da Arquiconfraria do Santíssimo Sacramento das Freguesias de S. Julião e de Nossa Senhora de Fátima

Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa, cx. 7, nº 169

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Arquivo do Hospital S. José, liv. 1190, fl. 168-178

Cabido da Sé de Coimbra, 2ª inc., m. 94, nº 4498

Chancelarias régias, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 2, fl. 83v, liv. 18, fl. 37, 43; liv. 20, fl. 3v, liv. 24, fl. 94v

Colegiada de S. Martinho de Sintra, m. 7, nº 247.

Colegiada de Sta. Cruz do Castelo de Lisboa, m. 8, nº 355

Colegiada de Sta. Marinha do Outeiro de Lisboa, m. 4, nº 125

Colegiada de Sto. Estêvão de Alfama de Lisboa, m. 15, nº 282

Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, m. 17, nº 8

Mosteiro de Sta. Maria de Chelas, m. 33, nº 643

Mosteiro de Sto. Agostinho de Lisboa, m. 2, nº 40, m. 4, nº 7

Ordem de Cister, Mosteiro de Alcobaça, 2ª inc., m. 48, nº 1316, m. 53, nº 20

Ordem de Cister, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, liv. 15, fl. 122

Ordem dos Frades Menores. Província de Portugal. Convento de Sta. Clara de Santarém, m. 12, nº 840

Ordem dos Frades Menores. Província de Portugal. S. Francisco de Lisboa, liv. 10, fl. 63v-65

Ordem dos Pregadores. Convento de S. Domingos de Lisboa, liv. 5, fl. 285-286;

Mosteiro de Santos-o-Novo, nº 956

Fontes impressas

ALBUQUERQUE, Martim de (ed.), *Pareceres Quatrocentistas de juristas da Escola de Bolonha sobre a Sucessão do Morgado de Góis em Portugal*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008.

Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954.

Chancelarias Portuguesas. D. João I, João José Alves Dias (ed.), vol. III/1 e III/2, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006.

Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537), Artur Moreira de Sá (ed.), vols. II-III, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1968.

COSTA, António Domingues de Sousa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Roma-Porto, Livraria Editorial Franciscana, 1968; vol. II, Braga-Porto, Editorial Franciscana, 1970; vol. III/1-2, Braga-Porto, Editorial Franciscana, 1982.

Die Matrikel der Universität Köln, Hermann Keussen (ed.), vol. I, 2ª edição, Bonn, Verm. U. Erw. Auflage, 1928.

FARO, Jorge, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios Documentais)*, Lisboa, Centro de Estudos Económicos – Instituto Nacional de Estatística, 1965.

GOMES, Rita Costa, *A Portuguese Abbot in Renaissance Florence. The letter collection of Gomes Eanes (1415-1463)*, Florença, Leo S. Olschki, 2018.

Grégoire XI (1370-1378). Lettres communes analysées d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican, Anne-Marie Hayez (ed.) com a colaboração de Janine MATHIEU e Marie-France YVAN, vols. I-III, Rome, École Française de Rome, 1992-1993.

Monumenta Henricina, António Joaquim Dias Dinis (ed.), vol. IV, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1962.

SORBELLI, Albano, *Il "Liber secretus iuris caesarei" della università di Bologna*, vol. I: 1378-1420, vol. II: 1421-1450, Bolonha, Presso l'Istituto per la storia dell'Università di Bologna, 1938-1942.

Estudos

BERTHE, Maurice, "Les élites urbaines méridionales au Moyen Âge (XI^e-XV^e siècles)", *Mémoires de la Société Archéologique du Midi de la France*, hors série, 2002, pp. 21-40.

BETTINI, Clelia “Tre Valascos nell’Italia del quattrocento: Meser Valasco di Vespasiano da Bisticci, Petrus Vallascis di Cataldo Siculo e Vasco Fernandes de Lucena”, *Humanitas*, N° 60 (2008), pp. 205-226.

BRANCO, Maria João, “Estados Pátrias e Nações nos juristas hispânicos dos século XII e XIII”, *Cultura*, 15 (2002), pp. 21-46.

BRANCO, Maria João, “An Archbishop and his Claims: the Allegations of Martinho Pires in Rome (1199) on the Quarrels Between Braga and Compostela”, in Francisco J. Hernández; Rocío Sánchez Ameijeras e Emma Falque (eds.), *Medieval Studies in Honour of Peter Linehan*, Firenze, SISMEL – Edizioni del Galluzzo, 2018, pp. 111-151.

CHEVALIER, Bernard, “Le pouvoir par le savoir: le renouvellement des élites urbaines en France au début de l’Âge Moderne (1350-1550)”, in Claude Petitfrère (ed.), *Construction, reproduction et représentations des patriciats urbains de l’Antiquité au XXe siècle, Actes du colloque tenu à Tours en 1998*, Tours, Centre d’histoire de la ville moderne et contemporaine, 1999, pp. 73-81.

COELHO, Maria Helena da Cruz, “Les Élités municipales”, *Anais – Série História da Universidade Autónoma de Lisboa*, Vol. 2 (1995), pp. 51-56.

COELHO, Maria Helena da Cruz, “Les relations du Savoir et du Pouvoir dans le Portugal médiéval (XIV^e et XV^e siècles)”, in Raphaëla Averkorn, Winfried Eberhard, Reimund Haas und Bernd Schmies (eds.), *Europa und die Welt in der Geschichte. Festschrift zu seinem 60. Geburtstag von Dieter Berg*, Bochum, Verlag Dr. Dieter Winkler, 2004, pp. 313-334.

COSTA, António Domingues de Sousa, *Um Mestre português em Bolonha no século XIII, João de Deus. Vida e obra*, Braga, Editorial Franciscana, 1957.

COSTA, António Domingues de Sousa, “O Doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I, Doutor Lançarote, conde palatino e embaixador ao Concílio de Pisa”, *Itinerarium*, ano 3, N° 3 (1957), pp. 202-230.

COSTA, António Domingues de Sousa, “Doutoramento em Leis, na Universidade de Bolonha, de D. João Alvares, Deão de Viseu, depois bispo de Silves”, *Itinerarium*, ano 4, N° 21 (Julho-Setembro 1958), pp. 342-380.

COSTA, António Domingues de Sousa, *Mestre Silvestre e mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*, Braga, Editorial Franciscana, 1963.

COSTA, António Domingues de Sousa, “Mestre Fr. André do Prado. Desconhecido Escotista Português do Século XV, professor nas Universidades de Bolonha e da Cúria Romana”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, t. XXIII, Nº 3 (Julho-Setembro 1967), pp. 293-337.

COSTA, António Domingues de Sousa, *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV*, Roma-Porto, Editorial Franciscana, 1967.

COSTA, António Domingues de Sousa, “Estudantes portugueses na reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV”, *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, vol. III, Nº 1 (1969), pp. 3-157.

COSTA, António Domingues de Sousa, “O célebre conselheiro e chanceler régio Doutor João das Regras, clérigo conjurado e prior da colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães”, *Itinerarium*, ano 18, Nº 77 (Julho-Setembro 1972), pp. 232-259.

COSTA, António Domingues de Sousa, “Portugueses no Colégio de S. Clemente de Bolonha durante o século XV”, *Studia Albornotiana*, Nº 13 (1973), pp. 211-415.

COSTA, António Domingues de Sousa, “Identificação do autor da ‘Summa dictaminis’ do século XIII e a sua provável datação”, *Euntes Docente. Commentaria Urbaniana*, vol. 43, Nº 2 (1990a), pp. 191-229.

COSTA, António Domingues de Sousa, *Portugueses no Colégio de S. Clemente e Universidade de Bolonha durante o século XV*, Bolonha, Real Colégio de España, 1990b.

COURTENAY, William J., “Spanish and Portuguese Scholars at the University of Paris in the Fourteenth and Fifteenth Centuries: The Exchange of Ideas and Texts”, in Ivy A. Corfis e Ray Harris-Northall (eds.), *Medieval Iberia: Changing Societies and Cultures in Contact and Transition*, Woodbridge, Tamesis Books, 2007, pp. 110-119.

CRUSELLES, José María, “Familia y promoción social: Los Lopiç de Valencia (1448-1493)”, *Estudis Castellonencs*, vol. 3 (1986), pp. 355-380.

FARELO, Mário, *La “peregrinatio académica” portugaise vers l’“Alma mater” parisienne, XII^e-XV^e siècles*, memória de Mestrado, Université de Montréal, 1999.

FARELO, Mário, “Os estudantes e mestres portugueses nas escolas de Paris durante o período medievo (sécs. XII-XV): elementos de história cultural, eclesiástica e económica para o seu estudo”, *Lusitania Sacra*, 2^a série, vol. 13-14 (2001-2002), pp. 161-196.

FARELO, Mário, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, Tese de Doutoramento em História Medieval, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2004.

FARELO, Mário, “On Portuguese Medical Students and Masters Travelling Abroad: An Overview from the Early Modern Period to the Enlightenment”, in Ole Peter Grell, Andrew Cunningham e Jon Arrizabalaga (eds.), *Centers of Medical Excellence? Medical Travel and Education in Europe, 1500-1789*, Farnham, Ashgate, 2010, pp. 127-147.

FARELO, Mário, “Lisboa numa rede latina? Os escolares em movimento”, in Hermenegildo Fernandes (ed.), *A Universidade Medieval em Lisboa, Séculos XIII-XVI*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013, pp. 237-265.

FLEISCH, Ingo, “Sacerdotium” – “Regnum” – “Studium”. *Der westiberische Raum und die europäische Universitätskultur im Hochmittelalter. Prosopographische und rechtsgeschichtliche Studien*, Münster, LIT Verlag, 2006.

FLEISCH, Ingo, “The portuguese clergy and the european universities in the 12th and 13th centuries”, in *Carreiras eclesiásticas no ocidente cristão: sécs. XII-XIV*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2007, pp. 61-75.

GARCÍA Y GARCÍA, Antonio, “Escolares ibéricos en Bolonia 1300-1330”, in *Estudios sobre los orígenes de las Universidades Espanolas: homenaje de la Universidad de Valladolid A la Universidad de Bolonia en su IX centenario*, Valladolid, Servivio de Publicaciones – Universidad de Valladolid, 1988, pp. 113-134.

GONZÁLEZ ROLÁN, Tomás, “Los universitarios portugueses graduados en Bolonia, Alfonso de Cartagena y Poggio Bracciolini”, in Carmen Soares, Maria do Céu Fialho e Thomas Figueiras (eds.), *Pólis/Cosmópolis: identidades globais & locais*, Coimbra, Imprensa da Universidade – Annablume, 2016, pp. 319-329.

GOURON, André, “Le rôle social des juristes dans les villes méridionales du Moyen Âge”, in André Gouron, *La Science du Droit dans le Midi de la France au Moyen Âge*, London, Variorum Reprints, 1984, pp. 55-67, art. III.

HOMEM, Armando Luís Carvalho, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, INIC-Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

IZBICKI, Thomas M., “A Bolognese consilium on Portuguese politics”, in *Diritto e potere nella storia europea: atti in onore di Bruno Paradisi. Quarto Congresso internazionale della Società Italiana di Storia del Diritto*, vol. I, Florença, L. S. Olschki, 1982, pp. 313-319.

KIBRE, Pearl, *The nations in the medieval universities*, Cambridge (Mass.), Medieval Academy of America, 1948.

LANTSCHNER, Patrick, *The Logic of Political Conflict in Medieval Cities: Italy and the Southern Low Countries, 1370-1440*, Oxford, Oxford University Press, 2015.

LEITÃO, André Oliveira, “Leges et canones. Portuguese law students in 14th and 15th century Italy. Methodological horizons and problems”, in Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria João Branco (eds.), *Ecclesiastics and Political State Building in the Iberian Monarchies, 13th-15th centuries*, Évora, CIDEHUS, 2016, pp. 275-290.

LOPES, Paulo Catarino, “Entre a Itália e Portugal. A relevância do livro na circulação cultural e reformista promovida pelo abade D. Gomes Eanes no século XV”, in Nunziatella Alessandrini, Mariagrazia Russo e Gaetano Sabatini (org.), *‘Homo est minor mundus’. Construção de Saberes e Relações Diplomáticas luso-italianas (sécs. XV-XVIII)*, Lisboa, Fábrica da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, 2018, pp. 31-57.

MATOS, Luís de, *Les Portugais à l’Université de Paris entre 1500 et 1550*, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1950.

MATTOSO, José, “Monges e clérigos portadores da cultura francesa em Portugal (Séculos XI e XII)”, in José Mattoso, *Portugal Medieval. Novas interpretações*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, pp. 365-387.

MENDONÇA, Manuela, “Portugueses na Universidade de Siena. Contribuição para a sua história”, in José María Soto Rábanos (ed.), *Pensamiento medieval*

hispano: homenaje a Horacio Santiago-Otero, vol. I, Madrid, CSIC-Consejería de Educación y cultura de la Junta de Castilla y León-Diputación de Zamora, 1998, pp. 831-860.

MÊREA, Paulo, “Domingos Domingues, canonista português do século”, *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, ano XIII, Nº 43 (1967), pp. 223-229.

MESINI, Candido, “Il ‘Liber secretus iuris pontificii’”, *Apollinaris*, nº 43 (1970), pp. 373-403.

MINNUCCI, Giovanni, “Studenti giuristi portoghesi a Siena nella seconda metà del XV secolo”, in Antonio Padoa Schioppa, Gigliola di Renzo Villata e Gian Paolo Massetto (eds.), *Amicitiae pignus. Studi in ricordo di Adriano Cavanna*, Milano, Giuffrè, 2003, pp. 1477-1488.

MORENO, Humberto Baquero, “Um aspecto da política cultural de D. Afonso V: a concessão de bolsas de estudo”, *Revista das Ciências do Homem*, Série A, Nº 3 (1970), pp. 177-205.

MORNET, Elisabeth, VERGER, Jacques, “Heurs et malheurs de l’étudiant étranger”, in *L’étranger au Moyen Âge. Actes du XXXe congrès de la Société des historiens médiévistes de l’enseignement supérieur public. 30e congrès, Göttingen, 1999*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2000, pp. 217-232.

MOXÓ, Salvador de, “La promoción política y social de los ‘letrados’ en la Corte de Alfonso XI”, *Hispania*, Nº 129 (1987), pp. 5-29.

NORTE, Armando, OLIVEIRA-LEITÃO, André de, “A mobilidade dos escolares portugueses: a *peregrinatio académica* entre os séculos XII e XV”, *Lusitania Sacra*, vol. 33 (Janeiro-Junho 2016), pp. 43-98.

NUNES, Eduardo Borges, ALBUQUERQUE, Martim de, “Parecer do Doutor “Velasco di Portogallo” sobre o beneplácito régio (Florença, 1454)”, *Do tempo e da História*, Vol. 2 (1968), pp. 97-139.

OLIVEIRA, António Resende de, “As Instituições de Ensino”, in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dirs.), *Nova História de Portugal*, vol. III: Maria Helena

da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem (coords.), *Portugal em definição de Fronteiras (1096-1325). Do Condado portugalense à Crise do Séc. XIV*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 635-659.

OLIVEIRA, António Resende de, “A mobilidade dos universitários”, in *História da Universidade em Portugal*, vol. I: 1290-1536, Coimbra-Lisboa, Universidade de Coimbra-Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 339-356.

PÉREZ MARTÍN, António, “Colegiales de San Clemente de los Españoles en bolonia (1368-1500)”, *Salamanticensis*, vol. 20, fasc. 1 (1973), pp. 69-84.

PIO, Bernardo, *De fletu Ecclesie. Giovanni da Legnano*, Legnano-Bolonha, Fondazione Cassa di Risparmio in Bologna-Banca di Legnano, 2006.

PIO, Bernardo, “La peregrinatio academica nell’età dello scisma: studenti di diritto canónico a Bologna fra XIV e XV secolo”, in Miriam Davide (ed.), *Identità cittadine e aggregazioni sociali in Italia, secoli XI-XV. Convegno di studio Trieste, 28-30 giugno 2010*, Trieste, Centro Europeo Richeche Medievali, 2012, pp. 103-134.

PIO, Bernardo, “Osservazioni preliminar all’edizione delle più antiche registrazioni del *Liber secretus iuris pontificii*”, in Giancarlo Angelozzi, Maria Teresa Guerrini e Giuseppe Olmi (eds.), *Università e formazione dei ceti dirigenti. Per gian Paolo Brizzi, pellegrino dei saperi*, Bologna, Bononia University Press, 2015, pp. 51-60.

RAU, Virgínia, “Italianismo na cultura jurídica portuguesa do século XV”, *Revista Portuguesa de História*, vol. 12 (1969), pp. 185-206.

RAU, Virgínia, “Alguns estudantes e eruditos portugueses em Itália no século XV”, *Do Tempo e da História*, vol. 5 (1972), pp. 29-99.

RUSSELL, Peter Edward, “Medieval Portuguese Students at Oxford University”, in *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte*, Münster, Westfalen, 1960, pp. 183-191.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “Étudiants portugais dans les universités du Midi de la France à la fin du XIV^e siècle”, *Bulletin Philologique et Historique (jusqu’en 1715) du Comité des travaux historiques et scientifiques. Années 1953-1954*, Paris, Imprimerie Nationale-Presses Universitaires de France, 1955, pp. 265-272.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Les Portugais à l'Université de Toulouse (XIII^e-XVII^e siècle)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Les Portugais et l'Université de Montpellier (XII^e-XVII^e siècles)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

SILVA, Maria João Oliveira e, “Bolseiros e bolsas de estudo no tempo de D. Afonso V”, in Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral, Maria Fernanda Ferreira Santos (coords.), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, vol. III, Porto, Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 1091-1099.

SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da, “João das Regras e outros juristas portugueses da Universidade de Bolonha (1378-1421)”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 12 (1960), pp. 5-35.

SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da, “O doutoramento em Pavia de D. Martim Gil, bispo de Silves (1395)”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 16 (1963), pp. 425-430.

SORBELLI, Albano, “La “Nazione” nelle antiche università italiane e straniere”, *Studi e memorie per la storia dell'Università di Bologna*, N° 16 (1943), pp. 93-232.

TAMBA, Giorgio, “I memoriali del comune di Bologna nel secolo XIII. Nota di diplomatica”, *Rassegna degli archivi di Stato*, vol. 47, N° 2-3 (1987), pp. 235-290.

TAMBURRI, Pascual, “España en la Universidad de Bolonia: vida académica y comunidad nacional (siglos XIII-XIV)”, *Espacio, tiempo y forma. Serie III, Historia medieval*, vol. 10 (1997), pp. 263-352.

TAMBURRI, Pascual, “Spagoli a Bologna (1299-1330). Organizzazione e identità di una comunità studentesca”, *Rivista storica italiana*, N° 111 (1999), pp. 155-219.

TAMBURRI, Pascual, “*Natio Hispanica*”. *Juristas y estudiantes españoles en Bolonia antes de la fundación del Colegio de España*, Bolonia, Publicaciones del Real Colegio de España, 1999.

TERRA, José F. da Silva “Nouveaux documents sur les Portugais à l'Université de Paris (XVI^e siècle)”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, V (1972), pp. 190-260.

VERGER, Jacques, “La mobilité étudiante au Moyen Âge”, *Histoire de l’éducation*, N° 50 (mai 1991), pp. 65-90.

VERGER, Jacques, *Les gens de savoir dans l’Europe de la fin du Moyen Âge*, Paris, Presses Universitaires de France, 1998.

VIGIL MONTES, Néstor, “João Afonso Esteves de Azambuja y Rui Lourenço, dos perfles de eclesiástico diferentes en los primeiros compases de la construcción de las paces entre Portugal y Castilla (1389-1407)”, in Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria João Branco (eds.), *Ecclesiastics and Political State Builfind in the Iberian Monarchies, 13th-15th Centuries*, Évora, CIDEHUS, 2016, pp. 129-146.

VITÓRIA, André, “A little known version of Oldradus de Ponte’s *consilium* no. 83?”, *Initium*, vol. 17 (2012), pp. 169-207.